



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VII Legislatura

Número: 77

III Sessão Legislativa

Horta, Quarta-Feira, 14 de Maio de 2003

Presidente: *Deputado Fernando Menezes (substituído no decorrer da Sessão pelo Vice-Presidente, Deputado Bento Barcelos)*

Secretários: *Deputados António Loura e Raúl Rego*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início pelas 15 horas e 20 minutos.

Período de Antes da Ordem do Dia:

Após a leitura da correspondência, passou-se à discussão e votação dum Voto de Congratulação aos Antigos Alunos da Escola Industrial e Comercial, por alcançarem o estatuto de campeões da divisão A2 de voleibol sénior masculino.

Na discussão deste voto usaram da palavra os Srs. Deputados José San-Bento (*PS*), que fez a apresentação, Manuel Arruda (*PSD*), Nuno Melo Alves (*PP*) e Paulo Valadão (*PCP*).

Submetido à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Para **intervenções de interesse político relevante para a Região** usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Nuno Amaral (*PS*), Joaquim Machado

(PSD), Vasco Cordeiro (PS), Nuno Melo Alves (PP), Sérgio Ferreira (PSD), José Humberto Chaves (PS), Paulo Valadão (PCP), António Gomes (PS), Mark Marques (PSD), Sequeira de Medeiros (PSD), Manuel Silveira (PS) e José Manuel Bolieiro (PSD), bem como os Srs. Secretários Regionais do Ambiente, *Helder Silva*, da Economia, *Duarte Ponte*, da Agricultura e Pescas, *Ricardo Rodrigues* e Adjunta da Presidência, *Cláudia Cardoso*.

Período da Ordem do Dia:

1º. Projecto de Decreto Legislativo Regional – “Alteração da denominação da Freguesia da Matriz, no Concelho de Ponta Delgada, apresentado pelo PSD.

Este diploma foi aprovado por unanimidade, após as intervenções dos Srs. Deputados Humberto Melo (PSD), Manuel Campos (PS), Paulo Valadão (PCP) e Paulo Gusmão (PP).

2º. Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Sistema Portuário Regional”.

Após a apresentação feita pelo Sr. Secretário Regional da Economia, intervieram no debate sobre este diploma os Srs. Deputados Nuno Melo Alves (PP), Duarte Freitas (PSD), Lizuarte Machado (PS) e José Decq Mota (PCP).

A continuação do debate sobre esta proposta ficou agendada para o dia seguinte.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 58 minutos.

—

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, boa tarde a todos. Vamos dar início aos nossos trabalhos.

Eu pedia ao Sr. Secretário da Mesa o favor de proceder à chamada.

(Eram 15 horas e 20 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

António das Neves Lopes Gomes

António José Tavares de **Loura**
Dionísio Mendes de **Sousa**
Fernando Manuel Machado **Menezes**
Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**
Francisco Couto de **Sousa**
Francisco Sérgio Frade Frota Tavares **Barros**
Gilberta Margarida de Medeiros Pavão Nuno **Rocha**
Hernâni Hélio **Jorge**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
José de Sousa **Rego**
José Humberto Medeiros **Chaves**
José do **Nascimento** de **Ávila**
Lizuarte Manuel **Machado**
Manuel Avelar da Cunha Santos
Manuel Fernando Soares de Oliveira **Campos**
Manuel **Herberto** Santos da **Rosa**
Manuel Soares da **Silveira**
Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**
Maria da **Natividade** da **Luz**
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**
Óscar Manuel Valentim da **Rocha**
Osório Meneses da **Silva**
Paulo Manuel **Ávila** **Messias**
Renato Luís Pereira **Leal**
Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

António **Bento** Fraga **Barcelos**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**
Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Manuel Bettencourt **Cunha**
Jorge Alberto da **Costa Pereira**
José Francisco Salvador **Fernandes**
José **Joaquim** Ferreira **Machado**
José Manuel Cabral **Bolieiro** Dias
José Manuel Avelar **Nunes**
Luís Henrique de Aguiar Sequeira de **Medeiros**
Manuel Ribeiro **Arruda**
Mark Silveira **Marques**
Raúl Aguiar **Rego**
Sérgio Manuel Bettencourt **Ferreira**
Victor do Couto **Cruz**

Partido Popular (PP)

Nuno Alberto Lopes **Melo Alves**
Paulo Domingos Alves de **Gusmão**

Partido Comunista Português (PCP)

José Eduardo Bicudo **Decq Mota**
Paulo António de Freitas **Valadão**

Presidente: Estão presentes 47 Srs. Deputados. Pode entrar o público.

Vamos passar à leitura da correspondência entretanto chegada à Mesa.

Secretário (*António Loura*): Do Tribunal Constitucional, ofício informando da decisão daquele tribunal relativo à apreciação preventiva da constitucionalidade do nº 7 do artigo 25º., do Regulamento de Concursos do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional nº 26/2003 e norma constante do artigo 2º. deste mesmo decreto.

Presidente: Deu entrada na Mesa um voto de congratulação, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS. Eu chamava um dos Srs. Deputados subscritores para apresentação do voto.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

“VOTO DE CONGRATULAÇÃO

A Associação Antigos Alunos-Escola Industrial Comercial está no patamar mais alto do voleibol sénior masculino.

Com efeito, na tarde de 19 de Abril último, no reduto do adversário, em Santa Maria da Feira, os Antigos Alunos venceram pelo parcial de três sets a dois o CD Fiães no quarto jogo da final do play off, sagrando-se, assim, campeões da divisão A2, garantido automaticamente a subida ao escalão máximo do voleibol português.

A Associação dos Antigos Alunos, com mais de 40 anos de existência, desde cedo deu pleno acolhimento ao voleibol como modalidade a incrementar e a dinamizar, desenvolvendo um trabalho exemplar de persistência, de formação e de divulgação numa área desportiva que tradicionalmente não é das mais implantadas.

Quando, no final da época passada, os Antigos Alunos se tornaram campeões nacionais da 2ª Divisão, poucos sonhariam que logo no seu primeiro ano de competição no escalão A2, fosse possível cumprir todos os objectivos delineados para a temporada 2002/2003, que culmina com a subida dos Antigos Alunos à divisão A1.

Deste modo, assinalamos mais uma vitória enriquecedora do palmarés do clube e mais uma página na valorização e na consagração do desporto açoriano, em particular do voleibol.

Parabéns aos Antigos Alunos! Fazemos votos para que continuem a percorrer o caminho do sucesso e do prestígio que tão bem têm trilhado.

Assim, nos termos das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que o Plenário da Assembleia Legislativa Regional aprove um voto de congratulação aos Antigos Alunos por alcançarem o estatuto de campeões da divisão A2 de voleibol sénior masculino.

Horta, Sala das Sessões, 14 de Maio de 2003.

Os Deputados Regionais, *Vasco Cordeiro, José San-Bento, Fernando Lopes, Renato Leal, António Gomes, Nélia Amaral e Osório Silva*”.

Presidente: Está aberto o debate sobre este voto de congratulação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Arruda.

Deputado Manuel Arruda (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata associa-se a este voto, apresentado pelo Partido Socialista, em relação à subida de divisão dos Antigos Alunos.

Os Açores têm tradição nesta modalidade em várias ilhas e verificamos que isto é um regresso ao escalão mais alto do voleibol nacional.

Recordo que os Açores, e mais concretamente a Ilha de S. Miguel, já tiveram duas equipas neste escalão no final da década de 80 princípios da década de 90. Nesta mesma altura também tiveram uma equipa de voleibol feminino que atingiu as competições europeias.

Este feito da Associação dos Antigos Alunos da Escola Industrial e Comercial representa um feito significativo, pena é que durante vários anos tenham andado arredados desta competição ao mais alto nível.

Fazemos votos para que esta segunda presença no escalão mais alto do voleibol nacional seja para perdurar, o que significa que vão manter-se numa divisão que é cada vez mais exigente. Fazemos votos também para que esta Associação, que tem sido um exemplo em termos de escalões de formação nesta modalidade, ano após ano, vá utilizando com maior assiduidade os atletas formados no seu próprio clube.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Melo Alves.

Deputado Nuno Melo Alves (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este voto de congratulação traz-nos aqui um aspecto que penso que é importante salientar nos Açores. Quando se fala dos Açores em termos desportivos, normalmente associa-se a componente de desporto ao futebol.

Isto que aqui está hoje é uma prova de que nos Açores não só se desenvolve ou trabalha bem apenas numa modalidade, mas em várias e consideramos isto bastante importante, não só no âmbito da formação de jovens, da amplitude de diversas modalidades desportivas que podem ter, mas também um reforço de uma maior dinâmica ao nível de todas as modalidades de desporto regional.

Por isso mesmo temos também muito gosto em associar a nossa voz a este voto de congratulação aqui apresentado.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É também para dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português se associa a este voto de congratulação por este feito importante dos Antigos Alunos da Escola Industrial e Comercial no sentido de atingirem o grau mais elevado do voleibol nacional.

Como, aliás, já foi dito, esperemos que esta Associação, por um lado, continue a implementar a modalidade ao nível das diversas camadas, fundamentalmente das camadas jovens e, por outro, possa manter o nível elevado da modalidade que conseguiu levar a cabo durante a época de 2002/2003.

Presidente: Não há mais intervenções, vamos proceder à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com este voto de congratulação à Associação dos Antigos Alunos da Escola Industrial e Comercial, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao período destinado a intervenções de interesse político relevante para a Região.

Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Nuno Amaral.

Deputado Nuno Amaral (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É com este governo e próximo de Carlos César que se perspectiva a concretização de novos projectos que, um pouco por toda a Região, irão contribuir para a criação de melhores condições, para o bem estar das pessoas, mais justiça social, desenvolvimento, qualidade de vida, paz e tranquilidade, mas também para o seu progresso.

Nunca é demais lembrar e ser motivo de orgulho de todos os que se revêem no projecto socialista, o que tivemos em 20 anos de PSD e os 6 anos de Governo PS, que tem tido uma política económica assente na promoção das condições para o desenvolvimento económico equilibrado e sustentado da Região.

Em 95 a taxa de desemprego nos Açores era de 7,9% , em 2002 era de 2,5% . E aqui deixem que vos leia um parecer da CGTP- Açores sobre a Ante-Proposta do Plano PSD de 1995. Dizia “ Durante os anos de 93 e 94, o que marcou e continua a marcar a evolução da economia regional são os processos de falência e encerramento de empresas, as dificuldades estruturais de vários sectores fundamentais, em particular as pescas, aliados à redução drástica da execução de projectos de obras públicas, na perda de muitos postos de trabalho, no cancelamento de muitos contratos” fim de citação.

Passados quase 10 anos e com o PSD no governo da República a situação repete-se e por isso os Açorianos têm obrigação de ter aprendido com os acontecimentos que povoam a nossa memória.

É bom que nos empenhemos em lembrar a muitos estas situações, pois parecem ter a memória curta. E não me venham com o estafado slogan do défice, que mais parece encomendado a uma empresa de marketing publicitário para tentar desculpar o fracasso, já à vista, deste governo insensível do PSD/PP, assim como tentar incobrir os que se dizem os grandes defensores dos Açores mas, chegam à Assembleia da

República e votam contra os Açorianos, ainda por cima os mais desprotegidos como são os sinistrados do Pico e do Faial.

Apesar de todas as calamidades que se abateram sobre toda a Região nestes últimos anos é sempre bom lembrar que foram os Governos socialistas que:

- Aumentaram as transferências orçamentais para os Açores;
- Baixaram os impostos;
- Bonificação de juros de crédito à habitação;
- Apoio à habitação degradada como nunca se tinha feito;

Vou ler parte de um parecer da UGT de Gaspar da Silva que foi Secretário dos Governos PSD, sobre um Plano dos anos 90, na área da habitação dizia: “os casos críticos que já existem e que estão tornando insuportável a vida de várias famílias, em termos de sobrevivência condigna”. Fim de citação.

Com os governos do Partido Socialista houve:

- Grande apoio às famílias mais carenciadas, idosos, crianças e deficientes;
- Diminuição dos preços das tarifas aéreas;
- Comunicações telefónicas mais baratas. Quem é que não se lembra que no tempo do PSD, telefonar do Nordeste para Ponta Delgada ou para o Continente, pagava-se o mesmo;
- Baixou a energia eléctrica;
- Aumentos das reformas em mais de 42% .

Gaspar da Silva dizia num parecer: “Respeito condigno para com os reformados e pensionistas, como também, para todas as formas de precariedade social e pobreza envergonhada”. Fim de citação.

- Aumentou-se o apoio aos idosos e deficientes;
- Criou-se o Ensino Profissional em quase todos os concelhos;
- Construções, ampliações e remodelações de dezenas de escolas dos vários ciclos;

O ex-Secretário do PSD, Gaspar da Silva dizia o seguinte sobre a governação do PSD na educação e desporto: “mal tem vindo a estar a nossa Educação Física nas escolas secundárias, com alunos que estando no 9º e 10º ano, e nunca tiveram uma única aula de Ed. Física por falta de instalações e professores”. fim de citação. Aqui

só tenho uma dúvida, não sei se o senhor Deputado Joaquim Machado já estava no governo, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não estava, não estava!

O Orador: ... mas se sim, digo-lhe que é preciso não ter vergonha para se criticar como critica a política de educação deste governo.

- O consumo de cimento na Região duplicou em relação a 95, assim como as licenças para construção;

- Na hotelaria o número de camas nos Açores quase duplicou em relação a 95;

- A Internet em todas as escolas é uma realidade;

- Os telemóveis estão aí como nunca;

É preciso lembrar a alguns dos grandes defensores da RTP/A, que houve anos em que eles estavam no Governo que a nossa televisão abria às 11 horas e encerrava às 23 horas, porque não havia dinheiro para mais, além disso nem o canal um tínhamos e as suas notícias eram filtradas porque podiam ser oposição ao PSD, e podiam abrir novos horizontes aos Açorianos, o que não interessava ao regime.

Graças ao Partido Socialista hoje nos Açores já temos acesso a mais de 30 canais...

Deputado João Cunha (PSD): Só? Eu tenho alguns 400!

Deputado Mark Marques (PDS): E internet!

O Orador: Embora haja alguns que ainda não são para a sua idade.

... e o governo do Eng. António Guterres, deixou tudo pronto para que os 4 canais nacionais fiquem em sinal aberto para os Açores,...

Deputado Luís Medeiros (PSD): Só que se foi embora.

O Orador: ... esperemos que o Governo PSD/PP não nos tire também mais este benefício.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estes são alguns dos exemplos do trabalho que o Partido Socialista tem feito e de que nos orgulhamos e lembrar a todos os que querem regressar ao poder a todo o custo mesmo que os Açores tornem a cair no marasmo e na pobreza que eles alimentaram durante vários anos e que não deixam saudades.

À inveja, ao não olhar a meios para atingir os fins, ao cultivar da descrença como tem sido a da oposição da direita açoriana, temos de contrapor o espírito construtivo. Acima do que nos divide tem de estar o que nos une.

O PSD Nordeste são exemplo disso. Esquecem-se que graças a eles, o Nordeste cristalizou, parou no tempo e que agora é preciso um grande empenho colectivo para o tirar do marasmo em que caiu. Os responsáveis sociais-democratas deviam saber isto e associar-se ao grande esforço de recuperação do tempo perdido. Em vez disso, preferem a crítica gratuita, vulgar, sem sentido, a todos os que são do governo ou apoiantes dele, pois serve para encobrirem as suas promessas não cumpridas, um endividamento descontrolado na Câmara, sem progresso à vista, preparando-se agora alguns para abandonar o barco antes que ele se afunde ainda mais.

Quero aproveitar esta oportunidade para lembrar a actuação dos governos de Carlos César no Nordeste e lembrar que nunca se investiu tanto em tão pouco tempo, não só em infra-estruturas, mas principalmente nas pessoas. Senão vejamos:

Estalagem dos Clérigos contou com um incentivo da ordem de 1.000.000 €

Incentivos ao turismo num total 1.200.000€

Escola Profissional com um investimento inicial de 997.000€ e 300.000€ ano.

Entre 2000 e 2002 investiu-se um total de 330.000€ correspondendo a 67 contratos PROSA, no combate ao desemprego em sectores da população com baixos níveis de habilitações e qualificações profissionais, nomeadamente o emprego feminino.

É motivo de orgulho para todos nós, vermos a juventude Nordestense, que no tempo do PSD tinha de deixar a sua terra Natal, para frequentar o ensino Secundário ou Profissional e à procura de trabalho, agora ficar, nas Empresas, nos Restaurantes, na Estalagem com grande profissionalismo. Isto tudo deve-se...

Deputado João Cunha (PSD): Ao Sr. Presidente da Câmara do Nordeste.

O Orador: ... à aposta no ensino profissional dos governos do partido socialista e essa é a grande mágoa de muitos dos nossos adversários.

Lar de idosos que o PS construiu e que o PSD andou a prometer durante 14 anos, onde se investiu 600 mil contos, investindo anualmente para seu funcionamento 200.000€.

Nesta altura o ainda Presidente da Câmara do Nordeste não dava entrevista a falar da falta de cumprimento de promessas dos vários Governos do PSD. Os Nordestenses Merecem Melhor.

- Apoio ao domicílio 133.000€ anuais
- Centros de dia e de convívio 47.000€ anuais
- Remodelação do lar da Casa do Trabalho 220.000€
- Funcionamento dos ATLS nas freguesias 42.500€
- Funcionamento da Casa do Trabalho 150.000€ anuais
- Projectos de luta contra a pobreza mais de 100.000€
- Ampliações e remodelações nas Escolas do 1º ciclo mais de 225 mil contos
- Escola Básica Integrada 1 milhão de contos da responsabilidade do Governo de Carlos César.

Quando alguns nos atacam sobre as obras da escola secundária, eu sempre disse que é para encobrir a incompetência do PSD ao longo dos anos. Posso afirmar o seguinte: Se não fosse o governo do PS ainda hoje a Escola Secundária do Nordeste estaria como estava, assim como muitas das escolas do 1º ciclo. Dou exemplos: No plano 89-90 lê-se o seguinte na página 3 “Conclusão, ampliação e arranjos de escolas para os ensinos preparatórios e secundários”, onde aparecia a do Nordeste e nada se fez.

No dia 18 de Outubro de 1991, reuniu o Conselho de Ilha de S. Miguel para dar parecer sobre a Ante-Proposta para o Plano de 1992, em que as preocupações da Autarquia do Nordeste era a situação da Escola da Salga e a situação do Lar de Idosos do Nordeste. Mas se quisermos ir a outros concelhos, nomeadamente a Povoação, as obras que consideravam urgentes era a ampliação do Centro de Saúde e da Escola Secundária, documento este assinado pelo deputado e líder parlamentar do PSD, José Bolieiro.

Na Lagoa a Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, sobre a Proposta de Plano de 95 a enviar ao Governo dizia assim:

“Em 1988, por altura das Legislativas Regionais, esteve patente ao público na Câmara Municipal da Lagoa, a maquete da nova Escola Secundária, a construir nas Alminhas no lugar da Atalhada, nesta Freguesia.” fim de citação.

Como podem ver o PSD andou durante muitos anos a enganar tudo e todos, e quem realizou estas obras foram os Governos do PS. São estas as verdades que é preciso dizer e **por aqui se vê que com Governos do PSD as Câmaras são um desleixo total e quem sofre são as populações**. Realmente os Açorianos merecem melhor.

- Incentivo regional de apoio ao comércio, indústria e serviços no Nordeste 1.400.000€, apoiando 34 candidaturas, criando 51 novos postos de trabalho
- No sector da habitação foram investidos 476.000€ destinados à construção de habitações, 346.000€ na reconstrução, 470.000€ para aquisição, 94.000€ para mão de obra e 157.000€ para outras infra-estruturas.
- Para facilitar a vida aos nordestenses abriu-se uma Delegação de apoio aos processos de habitação na vila do Nordeste.
- Investiu-se na conservação e recuperação de estradas, sinalização, construção de passeios, prevenção de cheias e derrocadas mais de 200 mil contos.
- Apoio aos lavradores por parte dos Serviços Florestais do Nordeste, na manutenção de vários caminhos e asfaltagem de outros novos, investindo este governo milhares de euros e empregando 111 Nordestenses, que num concelho pequeno é de veras importante.

Mas o mais caricato é vermos o ainda presidente da Câmara do Nordeste a pressionar o governo do PS para melhores estradas e no seu livro sobre o Concelho do Nordeste publicado em 1989, na página 75, um estrato de um artigo publicado no jornal “O Nordestense”, **de 11 de Janeiro de 1900**, podemos ler: “Se não houver boas estradas aniquilar-se-á o nosso comércio, não podendo de modo algum competir com os produtos dos outros concelhos levados a mercado por via rápida». Já em 1900 havia gente com mais visão do futuro, que os que nos governaram durante 20 anos.

Que autoridade moral têm este senhores do PSD para criticarem, quando durante 20 anos se fartaram de prometer pontes e vias rápidas e mais uma vez é o governo do PS que está a resolver estas situações!

Para terminar gostaria de dar a minha opinião sobre a teimosia do ainda Presidente da Câmara do Nordeste sobre a Boca da Ribeira e que vai usar essa cassete nos próximos combates políticos, pois esta será a única forma de tentar desviar a

atenção, da sua responsabilidade de o Nordeste não aproveitar os apoios comunitários para a construção de um complexo de piscinas cobertas, proposto por mim há mais de 10 anos, como polo de desenvolvimento local e de promoção turística. Com isto não quero dizer que se deve abandonar a Boca da Ribeira como ele tem feito.

Sempre defendi que é um espaço a preservar e a melhorar, mas nunca investir 400 mil contos para funcionar 2 meses se S. Pedro assim o quiser e com sol até as 16.00h, em vez de darmos a possibilidade aos Nordestenses e a quem nos visita, de se poder praticar natação todo ano.

Gostaria de vos dizer que os primeiros a travarem esta teimosia, foi o governo do PSD e cada vez mais o ainda presidente se encontra mais sozinho.

Deixem que vos leia uma crónica publicada no “Correio dos Açores” do anterior presidente da câmara Dr. Eduardo Medeiros, que vem reforçar a minha posição quanto a este assunto.

“Se o mar nos é agressivo, um mar tantas vezes virado do avesso, porque somos uma terra de montanha, deveria a Autarquia, auferindo dos meios que a Europa põe ao dispor, pôr em marcha um projecto alternativo, de grande amplitude para poder servir os jovens, os residentes e os nossos visitantes, que se poderá traduzir, por exemplo, num complexo de piscinas, destinadas a vários fins, aproveitando-se a circunstância para a construção de um campo de ténis e se calhar de um campo de golfe e de outras formas de entretenimento. A “Boca da Ribeira” e o “Lombo Gordo” são projectos a manter anualmente, porque ninguém sabe quando é que o mar enfurecido galga a terra, destruindo tudo, ou quando leva a areia de uma praia já com bandeira (azul), deixando-a transformada em calhau. Dando qualidade de vida aos Nordestenses é meio caminho andado para sermos um bom destino turístico”.

Meus amigos palavras para quê, se eles são do mesmo partido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devemos cada vez mais ter orgulho na obra feita pelos Governos de Carlos César e lembrar a todos que a concretização de novos projectos um pouco por toda a Região só serão possíveis com os Governos do Partido Socialista, pois as Açorianas e os

Açorianos não podem cair na desgraça em que caíram e infelizmente continuam a cair muitas famílias no Continente, devido à desgovernação do PSD/PP.

Não me venham com a cassete de que o PS os deixou sem dinheiro. Se não houvesse dinheiro o ex-Ministro Isal-Tio Morais ex-autarca, não teria 890 contos para dar por mês à sua assessora de imprensa, ou os assessores de Paulo Portas a ganharem mais de 1000 contos por mês, o que eu considero uma situação moderna. Não teriam dinheiro para nos primeiros nove meses de governação empossarem cerca de 3 mil afilhados na ânsia de satisfazer apoiantes interesseiros e carecidos, para não falar das nomeações de recém-licenciados sem experiência, com as concelhias partidárias a indicarem quem devia ocupar os lugares, filhos e sobrinhos de deputados do PSD a passarem a administradores, etc.,etc..

Deputado Clélio Meneses (PSD): Familiares dos membros do Governo Regional dos Açores.

O Orador: Ou a nova designação dos governos de direita «jobs for the lovers» (empregos para os amores), em que o líder da JSD de Aveiro queria colocar a sua namorada à frente de um instituto. Por aqui se vê o esforço sério de contenção de despesas.

Deixo aqui uma palavra de admiração e amizade a todas as instituições particulares de solidariedade que desenvolvem um trabalho de grande mérito no apoio às crianças, aos jovens, aos idosos, aos deficientes, às vítimas da violência e aos doentes, os profissionais que se empenham na segurança dos cidadãos, os profissionais de saúde, os professores, os agricultores, os trabalhadores do estado, aos empresários, que têm sabido lutar pelo melhor por esta Região, sabendo sempre que podem continuar a contar com o apoio de todos os socialistas.

Para que tudo isso seja possível é necessário continuarmos num espírito de cooperação e diálogo. Devemos dar as mãos sem olhar a divisionismos que são sempre prejudiciais, para que não se percam as oportunidades e projectos que se pretendem concretizar.

Atravessamos tempos difíceis e isso implica que os desafios com que nos deparamos tenham de ser enfrentados com sagacidade, determinação e energia.

Todos somos poucos para, em tranquilidade e cooperação, ajudarmos activamente a construir uma Região mais moderna onde o património monumental, paisagístico e natural, pode contribuir para abrir as portas de um futuro melhor.

Esse futuro melhor depende de todos nós, no apoio ao nosso Presidente Carlos César, ao qual daqui quero saudar e apoiar a sua recandidatura a Presidente do Governo Regional dos Açores em 2004,...

Deputado Luís Medeiros (PSD): Já? Ainda é cedo!

O Orador: ... pois não queremos que os Açores sejam (des)governados por telecomando ou via satélite do continente, arrastando os Açorianos e Açorianas para o desespero igual ao de milhares de desempregados no Continente, graças a esse governo insensível do PSD/PP. Infelizmente com esta direita, de quatro em quatro minutos, há um novo desempregado no país, mais 353 desempregados registados em cada dia que passa ou mais 15 desempregados a cada hora que o relógio avança.

Os Açorianos não merecem carregar essa cruz.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado para esclarecimentos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A intervenção que acabámos de ouvir só merece uma réplica breve para que o Sr. Deputado Nuno Amaral não fique convencido de que a importância da sua intervenção é proporcional à quantidade de asneiras proferidas.

Para ser sucinto podia dizer apenas: “são rosas, Senhor, são rosas”, ...

Deputado Manuel Campos (PS): É poético!

O Orador: ... mas porque mesmo assim corria o risco do Sr. Deputado considerar que tinha um lugar na história como a dita Rainha Santa, vou dizer mais qualquer coisa e vou dizer que, do ponto de vista político, Freud ficaria agastado se tivesse que resolver este problema.

Há, de facto, do ponto de vista político, um problema de conflito de personalidade do Sr. Deputado Nuno Amaral, ou seja, aqui faz de vereador e na Câmara Municipal de Nordeste faz de deputado.

Deputado Nuno Amaral (PS): Está mal informado.

O Orador: É, como diria o cientista, um problema de esquizofrenia política, perda de contacto de visão com a realidade, porque elencou-nos aqui um conjunto de realizações que foram comparticipadas, dentro dos incentivos, dentro daquilo que é normal e que é responsabilidade do Governo Regional comparticipar na iniciativa de várias entidades.

Diga-se, por exemplo, a Pousada dos Clérigos, pequena unidade hoteleira muito importante que contou com uma decisiva iniciativa e de trabalho da Câmara Municipal.

Por exemplo a Escola Profissional que é de uma entidade particular, do foro do direito privado, que nada tem a ver com o Governo Regional, foi apresentada como mais uma realização do executivo.

Deputado António Gomes (PS): Nada! Quem é que vai pagar a partir de 1996?

O Orador: Quanto à reparação e ampliação da escola, convém dizer que ela chega tarde, relativamente ao prazo previsto e que, mesmo assim, só foi por diante, mais uma vez, com o envolvimento decisivo da Câmara Municipal.

Quanto ao que não se fez no tempo do PSD, os nordestenses já responderam sucessivamente na urna sobre esta matéria.

O senhor que ali chegou há relativamente poucos anos, e porque, talvez, não conferindo muita importância à história, deve-se ter esquecido de algumas coisas.

Para ser breve e directo vou apenas lembrar três investimentos estruturantes e fundamentais realizados no Nordeste, a saber:

O Centro de Saúde; a própria Escola Básica 2/3, hoje acrescentada e bem para o secundário e o Quartel de Bombeiros.

Quanto ao resto, Srs. Deputados, eu diria que: “são rosas, Senhor, são rosas”, e se eu sou do partido do Governo que tem todas essas coisas que V. Exa. disse, eu julgo que o Sr. Deputado não deixou de ser daquele partido onde militava uma ex-autarca,

agora, ao que parece, com dupla nacionalidade, ou seja, uma ex-autarca luso Brasileira.

Presidente: Sr. Deputado, agradeça que concluisse.

Sobre esta matéria estamos, de facto, conversados.

O Nordeste merecia melhores deputados.

O Nordeste vai continuar a merecer o melhor, isto é, com PSD à frente dos destinos do Concelho, porque com um vereador desses e uma oposição dessas no Nordeste, estamos conversados.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro para prestar esclarecimentos.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

É apenas para confirmar que, em relação ao Sr. Deputado Joaquim Machado, efectivamente o Partido Socialista é o Partido Socialista da ex-autarca, cujo nome o Sr. não disse, e que se chama Fátima Felgueiras.

O Sr. Deputado Nuno Amaral é dum partido que teve a coragem, a ombridade e a honestidade política suficiente para lidar com esta matéria, como efectivamente a direcção do PS nacional está a lidar e isso, Sr. Deputado, é algo que, se calhar, nem todos podemos dizer.

Deputado Duarte Freitas (PSD): O João Cravinho já respondeu a isso, Sr. Deputado. Não o ouviu hoje?!

O Orador: Portanto, a tentativa desesperada e extremamente infeliz do Sr. Deputado Joaquim Machado trazer para esta Casa e fazer lançar sobre o Grupo Parlamentar do Partido Socialista Açores qualquer tipo de ónus, qualquer tipo de suspeita, qualquer tipo de ameaça, deve ser e é, pela minha intervenção, prontamente rejeitada.

Deputado Mark Marques (PSD): O Sr. Deputado Nuno Amaral, na sua intervenção, fez igual.

O Orador: O Partido Socialista é o partido que, em relação a esta matéria, lidou de forma exemplar quando o processo teve o desenvolvimento que teve. Sobre este assunto estamos perfeitamente conversados.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Deputado Luís Medeiros (PSD): João Cravinho confirmou que era um erro.

Presidente: A Mesa faz um apelo no sentido de não se entrar agora a discutir o caso de Felgueiras, porque há mais Srs. Deputados inscritos para intervir.

Deputado Manuel Arruda (PSD): O Sr. Deputado Nuno Amaral é que começou.

Presidente: Srs. Deputados, há muito casos por aí fora em todos os jornais, mas, pelo amor de Deus, que a Assembleia Legislativa Regional não seja também atingida neste debate por essas questões.

Assim sendo, dou a palavra ao Sr. Deputado Nuno Amaral para esclarecimentos.

Deputado Nuno Amaral (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Joaquim Machado, acho que é deveras deselegante o senhor estar sempre aqui a atirar que eu perdi as eleições, quando o senhor na sua bancada tem o Sr. Deputado Sérgio Vicente???, tem o Sr. Deputado Costa Pereira, tem o Sr. Deputado Bento Barcelos que também, segundo me parece, perderam as eleições e o Sr. Deputado Joaquim Machado não vê as pessoas daqui desta bancada a atirarem sempre aos seus companheiros.

Portanto, era bom que essa deselegância mudasse um bocadinho.

Quanto à Escola Profissional do Nordeste se achava que ela era tão necessária, como é, porque não avançaram com ela? Foi preciso o Governo Regional do Partido Socialista, juntamente com a Santa Casa da Misericórdia avançarem com esse projecto que está a dar bons frutos.

Eu tinha aqui uma coisa de revista, ...

Deputado Clélio Meneses (PS): Isso é mesmo coisa de revista!

O Orador: ... mas como o Sr. Presidente apelou a que não se fugisse do tema, vou obedecer, porque ontem já desobedeci.

Vou só ler aqui um pequeno extracto que vinha no jornal e que diz assim: “O PSD/Açores tem uma missão ingrata, difícil, agravada pela falta de capacidade da maioria dos seus deputados em fugir ao bota abaixo. Cego e inconsequente a que nos vem habituando e a ausência de propostas alternativas construtivas que possam contribuir para uma melhoria de documento governamental”. Assina Gustavo Moura.

Por isso, Sr. Deputado Joaquim Machado, como diz o povo “hoje pavão, amanhã espanador”.

(Risos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Melo Alves para esclarecimentos.

Deputado Nuno Melo Alves (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Eu por mim acho alguma graça a algumas intervenções, como foi, pelo menos, algumas partes da intervenção do Sr. Deputado Nuno Amaral, de algum saudosismo duma época passada, duma liderança nacional do Sr. Engenheiro António Guterres. Acho alguma graça, porque penso que a melhor resposta a esse saudosismo foi dada pelo próprio Engenheiro António Guterres quando humildemente se demitiu, quando humildemente fugiu, quando humildemente se remeteu a um silêncio que tem durado quase dois anos,...

Deputado Nuno Amaral (PS): Não é caso inédito!

O Orador: ... que só foi interrompido para dizer meia dúzia de palavras sobre a guerra no Iraque.

Essa é uma questão que é passado e, para nós, não vale a pena perdermos muito tempo em relação a isso.

Gostaria de só esclarecer o Sr. Deputado que, de facto, o senhor tem razão quando diz que o governo do Engenheiro António Guterres não deixou o país sem dinheiro. Isso é mentira, o PS deixou o país em dívida. Se sem dinheiro era estar com zero nos

cofres, em dívida é deixar com valores negativos e foi isso que o governo nacional do Partido Socialista fez.

Deputado João Cunha (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Agradeço a oportunidade de fazer este esclarecimento.

Em relação a outros aspectos que o Sr. Deputado abordou, falando eventualmente de remunerações, de cargos de determinadas pessoas, deixe-me que lhe diga o seguinte: há pessoas que se calhar até são mal pagas por esses valores e há outras que por mil escudos são demasiado bem pagas. Isto depende da capacidade e da competência de cada um e julgo que quem contrata deve avaliar isso.

Em relação ao desemprego, de facto, partilhamos a sua preocupação. É com desagrado, é com alguma pena que vemos os índices de desemprego a subir. Há vários motivos e vários factores que conduzem a isso, desde a conjuntura nacional à própria conjuntura internacional, à própria dinâmica empresarial, um conjunto de motivos que concorrem neste momento para se criar esta situação.

No entanto, temos aqui um motivo de felicidade em relação a esta questão do desemprego, é que se há um novo desempregado de 4 em 4 minutos, pelo menos há um que, de certeza, não vai ficar desempregado nos próximos 18 meses, porque houve quem, com prenúncios de um emprego noutros locais, noutras paragens da Europa, quase que abandonou as funções que hoje tinha.

Deputado Manuel Campos (PS): Devia ter ouvido as declarações de Miguel Cadilhe.

O Orador: Felizmente, pelos menos, por mais alguns meses continua a tê-las e não vai aumentar o rol dos desempregados.

Também agradeço o esclarecimento, porque, de facto, eu estava baralhado e confuso. Eu tinha a impressão que era este Governo vai efectivamente ia acabar com aquele que já foi chamado o imposto mais estúpido do mundo,...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Vão acabar? Ninguém deu por isso!

O Orador: ... mas fico satisfeito por saber que afinal não é e que foi o governo do Engenheiro António Guterres e que nós todos temos estado a usufruir disso desde há dois ou três anos para cá.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, é bom, de vez em quando, algumas intervenções para nos lembrarem estas coisas que são da maior importância e que penso que devem ser devidamente esclarecidas nesta casa.

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para registar o facto de me ter enganado, porque julgava que o Sr. Deputado Nuno Amaral já tinha resolvido o problema da sua derrota no Nordeste. Vejo que ainda não superou esse problema e se eu aqui, com alguma frequência, falo dessa derrota eleitoral, é porque, como se diz no Nordeste, o Sr. Deputado “dá os paus para as colheres” e insistentemente arroga-se aqui numa atitude prepotente como se, de facto, os nordestenses lhe tivessem confiado os destinos do Concelho.

A minha função aqui é de fiscalizar o Governo, e é isso que eu procuro fazer com objectividade, sinceridade e empenhamento, sobre o que fez e o que não fez.

Quanto ao resto, Sr. Deputado, parece-me que da sua intervenção não devem ser produzidas muitas mais réplicas.

No Nordeste há, de facto, muitos ditados populares. Aquele que V. Exa. aqui trouxe nunca o ouvi por aquelas bancadas. Lá costuma-se dizer que “cada porco tem o seu Natal”. Alguns já tiveram o seu em Dezembro de 2001.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Uma vez terminados os pedidos de esclarecimentos em relação à intervenção anterior, dou a palavra ao Sr. Deputado Sérgio Ferreira para uma intervenção.

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nos dias 07, 08 e 09 do corrente mês o Grupo Parlamentar do P.S.D. levou a efeito uma visita à ilha de Santa Maria.

Nesta visita foi dada prioridade aos contactos com as forças vivas de Santa Maria e pode-se em jeito de conclusão dizer que se obtiveram resultados muito positivos e onde ficaram a claro as fragilidades, anseios e potencialidades da ilha.

Uma primeira nota de apreço vai para a vitalidade demonstrada pelas Associações Marienses, que sem dúvida desempenham nesta ilha um papel fundamental em actividades tão diversas como a promoção turística, as actividades culturais, desportivas, recreativas e na comunicação social.

Esse papel desenvolvido nos sectores atrás mencionados é tão importante que não restarão dúvidas que grande parte das iniciativas levadas a efeito nessas áreas são da responsabilidade dessas associações.

É pois de todo o interesse que os poderes públicos entendam este fenómeno protagonizado pela sociedade civil e que, conseqüentemente, apoiem de forma inequívoca as actividades promovidas por essas associações.

As associações não podem, nem devem, ser vistas como elementos concorrenciais ao poder público, ou então, como um peso nos orçamentos, devem é ser acarinhadas e incentivadas a continuar o seu importantíssimo trabalho que complementado com as iniciativas de carácter governamental ou autárquico, conduza estas ilhas mais pequenas a padrões de desenvolvimento e bem estar mais compatíveis com a Europa em que estamos inseridos.

É nesta óptica que o P.S.D. vê a actuação destas associações, será desta forma que o P.S.D. quando for governo encarará o problema.

Infelizmente existem várias razões de queixa por parte destas entidades relativamente à actuação do Governo Regional.

O adiar contínuo de apoios, a falta de uma política clara e equitativa relativamente a esses mesmos apoios e principalmente os atrasos na concessão dos subsídios já atribuídos, são muitas vezes factor inibidor da actividade destas associações.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Outra situação preocupa e aflige em muito a sociedade mariense.

Estou novamente a falar daquilo que se passa no aeroporto de Santa Maria.

Não se pode admitir que no século XXI, com as preocupações ambientais que existem e principalmente com a muito maior consciencialização da sociedade civil e

dos poderes públicos para as questões ambientais se continue a verificar o que se passa naquela zona de Santa Maria.

Já apresentámos uma proposta de resolução sobre a matéria, já diversas vezes questionamos o Sr. Secretário do Ambiente, mas a verdade é que a resposta tarda, o problema não se resolve e Santa Maria continua com a sua principal porta de entrada transformada numa enorme lixeira a céu aberto.

Sr. Secretário, apelamos daqui à sua sensibilidade e bom senso para ver se até ao final deste ano conseguimos resolver este problema.

Engraçado não deixa de ser o facto de a par desta situação desoladora, coexistir um dos investimentos mais modernos e avançados na área das comunicações, falo concretamente nas instalações da NAV-EP e nos equipamentos que são utilizados por este centro de controle de tráfego aéreo.

Este exemplo de modernidade e avanço tecnológico é motivo de orgulho, não só para a empresa em questão, como para toda a sociedade mariense.

São de investimentos destes e de perspectivas de gestão destas que Santa Maria e os Açores certamente precisam.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Presidente do Governo Regional e o Secretário Regional da Economia fizeram recentemente, com pompa e circunstância, o lançamento da primeira pedra do terminal de ferries e gare marítima de passageiros do porto de Vila do Porto.

Sem deixar de ser motivo de congratulação para todos os marienses, importa no entanto referenciar três situações que nos parecem pertinentes:

1ª. Esta obra tem o seu início com vários anos de atraso;

2ª. Deste atraso decorre que o porto de recreio só estará pronto lá para finais de 2005;

3ª. Na óptica da maioria dos marienses e da própria Assembleia Municipal, teria sido preferível, em termos de prioridades, começar pela construção do Porto de Recreio.

Assim não entendeu o governo.

Resta-nos esperar agora que a conclusão desta obra seja rápida, para permitir que rapidamente também se dê início à construção do Porto de Recreio.

Mas não foi só essa obra que o governo iniciou.

Para nosso espanto quase simultaneamente a S.R.H.E. deu início à construção da rotunda das Quatro Canadas, obra de grande valor estético e de muito pouca utilidade.

Mais uma vez aqui o governo inverteu as prioridades, quando o que era realmente necessário era disciplinar o trânsito ao pé da escola primária de Vila do Porto, o governo opta por uma obra, bonita sem dúvida, mas de eficácia praticamente nula.

Já cheira a campanha eleitoral.

E neste particular o Sr. Secretário José Contente bate todos os seus colegas.

Seria talvez melhor V.Exa. aplicar todo esse recente fervor em fazer obra, toda essa energia construtiva, em coisas que realmente valessem a pena e deixo-lhe aqui apenas uma dica, experimente a repavimentar a estrada dos Anjos e verá que os efeitos para Santa Maria serão muito mais importantes que as obras de fachada que pretende iniciar agora.

Ainda relativamente aos Anjos, chamo a vossa atenção para o facto de os pescadores marienses continuarem pacientemente à espera que o porto de pescas seja construído.

Não se compreende que esta obra tão importante para este sector de actividade continue permanentemente a ser adiada.

Santa Maria esteve esquecida durante sete anos, registamos com agrado a vossa súbita lembrança, mas já agora tenham o bom senso de começar por aquilo que é fundamental deixando para depois o acessório.

Nota-se cada vez mais neste governo falta de rum e falta de projecto, navega-se à vista, agora então só com os olhos postos em 2004.

Infelizmente esta política não serve os Açores nem os açoreanos.

Por muito que o governo se esforce em iniciar a campanha eleitoral bastante cedo, servindo-se para isso de todos os expedientes possíveis e imaginários, até a revista da SATA já serve para o Sr. Secretário José Contente difundir textos de propaganda, a verdade é que nunca conseguirão fazer num ano aquilo que não fizeram em sete.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente para esclarecimentos.

Secretário Regional do Ambiente (Helder Silva): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para esclarecer o Sr. Deputado, aliás, na sequência de outras intervenções que fiz na mesma linha anteriormente.

O Sr. Deputado Sérgio Ferreira apelou à minha sensibilidade para estas matérias ambientais e eu quero-lhe dizer o seguinte:

Obviamente que Secretaria Regional do Ambiente está, **como nunca**, sensível a um conjunto de problemas ambientais na Região.

Relativamente à questão dos resíduos, é óbvio que um secretário regional deve estar preocupado não apenas com Santa Maria, embora lhe caiba a si, e muito bem, apresentar o problema de Santa Maria, mas sensível e preocupado com todos os problemas que temos e que têm a ver com situações de resíduos abandonados na ilha.

Infelizmente, diga-se por toda a Região, o problema de grande dimensão que nós soubemos pela primeira vez identificar, um problema que se constitui como um passivo, ou seja, se antes tivesse havido a preocupação de identificar estas situações, de não lhes virar costas e fazer aquilo que nós estamos a fazer neste momento que é confrontarmo-nos com o problema para melhor o resolvermos, obviamente que os problemas não teriam atingido a dimensão que atingiram.

O de Santa Maria é conhecido, mas eu posso-lhe dizer, Sr. Deputado, que nós temos mais de 300 situações de deposição ilegal e de espécies de resíduos na Região, mas não nos limitámos a identificar. Também não fizemos aquilo que não temos vocação para fazer que é limpar, mas identificadas as mais de 300 situações estamos a promover reuniões com aquelas entidades que são chave no processo de resolução destes problemas, porque a elas cabe, em primeira mão, nas suas ilhas, nos seus municípios, zelar pela limpeza dos próprios municípios. Refiro-me obviamente aos presidentes de câmara.

Estamos a fazê-lo no Faial onde temos mais de metade do problema praticamente resolvido. Fizêmo-lo na Ilha do Pico, numa primeira fase em que resolvemos aquilo que é hoje a área candidata a Património da Humanidade e que esperamos que dentro de um mês e pouco esteja classificada como tal.

Estamos também a fazê-lo na Velas, Ilha de São Jorge e temos travado uma batalha singular para resolver este problema de Santa Maria, da qual tenho dado conta pública.

Aquilo que eu quero dizer hoje nesta casa, relativamente a esta questão, é que recentemente, depois de um conjunto largo de contactos que foram estabelecidos que, nalguns casos, até foram pessoais e com a companhia também do Sr. Secretário Regional da Economia junto da ANA e tivemos recentemente a confirmação por parte da Ana de que aceita a nossa alternativa na sequência do concurso público que lançámos e que, infelizmente, não podemos adjudicar a obra, porquanto a melhor e única proposta ultrapassava largamente aquele montante que constituía como limite a adjudicação da mesma.

Recorremos a uma solução alternativa que foi apresentada e foi discutida com todas as partes. É um processo complexo que envolve a ANA, a Câmara Municipal, a Defesa Nacional e desses contactos resultou que hoje podemos confirmar que vamos intervir directamente, vamos fazê-lo através da Secretaria Regional da Habitação, sendo que cada uma das entidades vai suportar financeiramente esta intervenção.

Infelizmente, neste momento, não estou em condições de poder dizer o dia exacto, mas posso afirmar que muito brevemente iniciar-se-á o processo de limpeza de Santa Maria.

O nosso objectivo é, como sempre foi, deixar este processo resolvido antes do final desta legislatura.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para esclarecimentos.

Secretária Regional Adjunta da Presidência (Cláudia Cardoso): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou usar da palavra para deixar aqui um esclarecimento que me parece fundamental e necessário relativamente à intervenção que acabámos de ouvir do Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

Parece que é agora tónica comum às intervenções dos deputados de ilha, do Partido Social Democrata, virem reclamar pelo facto de se fazer obra. Antes reclamavam por não se fazer obra, agora reclamam porque se faz a obra. Portanto, é tónica comum dizerem, porque está aberta a caça ao voto, que estão a fazer, mas não deviam fazer, só agora é que vêm fazer, mas vem tarde e vem mal.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Quem é que disse isso?!

A Oradora: Pelos vistos não querem as obras que o Governo faz em cada uma das vossas ilhas.

Ontem aconteceu também com o Sr. Deputado João Cunha, o que é gravíssimo, uma vez que antes do interesse do partido tem que estar, em primeiro lugar, claramente os interesses das populações.

Deputado João Cunha (PSD): A senhora entrou mal!

A Oradora: Hoje acontece com o deputado de Santa Maria que vem, num tom lacrimojante, dizer que os senhores estão a fazer esta estrada, mas não devia ser esta, devia ser a outra ao lado.

Deputado João Cunha (PSD): O meu colega foi bem claro. Os senhores fazem obra de fachada.

Ninguém reclama por fazerem obra.

A Oradora: Não é, de facto, o que se deseja dum deputado de ilha. Eu percebo que há algum nervosismo perante as pessoas que votaram em vós e que não vêm outra atitude senão esta, mediante o volume de obras que se faz nas ilhas.

Por isso mesmo, gostava de relevar o seguinte:

Neste momento, em Santa Maria, estão em curso investimentos importantíssimos que o senhor sabe e até alguns deles enumerou, como é o caso da Escola Básica Bento Rodrigues, como é o caso de estradas que estão em construção, etc.. São vários investimentos num valor de 7 milhões de euros apenas neste ano e o senhor

vem queixar-se de obras que deviam estar feitas e não estão. Pois, feliz ou infelizmente – com os vossos governos também foi assim e sempre será – há sempre obra que nós gostávamos que fosse feita e não é. Não pode ser tudo feito ao mesmo tempo.

A verdade é que é triste que venham aqui, com este tom lacrimojante, queixar-se de que se está a fazer obra e que o governo realmente está a fazer obra, mas faz tarde e devia tê-la feito mais cedo.

Deputado João Cunha (PSD): Essa é a vossa visão.

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): O que é que fizeram durante 4 anos?!

A Oradora: Não é esta, parece-me a mim, a melhor forma de estar na política. Não é isso que a população das vossas ilhas certamente espera de vós.

Há uma coisa que eu concordo convosco: os açorianos esperam melhor...

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Esperam melhor de vocês.

A Oradora: ... e esperam melhor também da oposição do Partido Social Democrata que não consegue, pelos vistos, dar melhor.

Obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

Eu iria começar pelo apoio às associações.

Eu acho que estes apoios são muito importantes e este Governo Regional tem ajudado e apoiado as associações através dos programas existentes na Direcção Regional da Cultura, do SIDER, do LÍDER + e da Semana da Juventude, quando alguém concorre.

Podem dizer que não dão as verbas na altura certa e que chegam sempre atrasadas, mas o certo é que dão.

Das associações que têm grande peso na ilha, como por exemplo, a Maré de Agosto que tem sido sempre mais apoiada do que era anteriormente, o Clube Asas do

Atlântico com o Rally de Santa Maria tem sido sempre apoiado pela Secretaria Regional da Economia.

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Não é nada disso.

O Orador: Escute, deixe-me acabar de falar.

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): O senhor vai dizer todos os apoios às associações de Santa Maria?!

O Orador: Não vou dizer, porque isso pode incomodá-lo.

O senhor tenha calma e deixe-me acabar de falar.

O que se sabe é que as associações de Santa Maria têm sido apoiadas, da mesma forma que têm sido outras associações de outras ilhas.

É preciso ter muito respeito por quem está à frente das associações e não criar problemas às pessoas que estão à frente dos seus órgãos directivos.

É preciso esclarecer o que houver para esclarecer e só esclarecendo é que nós ficamos a saber o que se passa e é por isso que em vez de se afirmar determinadas coisas, pode-se falar e pode-se explicar aquilo que se passa, porque depois a determinada altura as pessoas aborrecem-se e acabam por deixar as associações, porque lhes são levantados falsos testemunhos, etc., etc. e isto é muito mau para as nossas associações.

O que eu quero dizer é que essas pessoas que estão à frente das associações, e tive oportunidade de falar sobre isto com o Sr. Deputado Joaquim Machado, acabam por se aborrecer e vão-se embora. Eu sei que não há ninguém insubstituível, mas é muito difícil estar à frente dessas associações e essas pessoas devem ser acarinhadas.

Em relação a atrasos, eles existem, mas o pior atraso que existe é no LIDER e estamos a chegar a um ponto tal que não sei como vai ser resolvido o assunto.

As associações é que estão a financiar o LIDER e eu queria dizer aqui aos Srs. Deputados do PSD, e já tive oportunidade de falar com os deputados e membros do governo do PS, que deveríamos fazer força no sentido do Governo da República rapidamente transferir as verbas necessárias para as associações que estão a gerir o LIDER nos Açores.

Isto é muito importante, porque independentemente daquilo que pode vir a acontecer, é que em vez vermos as verbas reforçadas, vamos vê-las reduzidas.

Portanto, este é um assunto que eu gostava que a Câmara, todos nós de alguma maneira nos empenhássemos para que este assunto fosse resolvido.

Presidente: Sr. Deputado, o senhor já beneficiou da distracção do Sr. Secretário da Mesa e já ultrapassou o seu tempo. Pode voltar novamente.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Eu agradecia que tivessem em atenção os telemóveis, porque eles perturbam imenso o debate.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para fazer um breve esclarecimento sobre qual foi a nossa opção em relação às obras do porto de Vila do Porto.

Como é do vosso conhecimento Santa Maria foi talvez a ilha mais beneficiada com transporte marítimo de passageiros. Demandam aquele porto no Verão, principalmente nos meses de Maio a Outubro, cerca de 5 mil passageiros e o cais não tinha condições para a sua recepção.

Nós fizemos um estudo e Santa Maria vai ser a ilha que terá o primeiro cais acostável no sistema Roll-off que permitirá o desembarque rápido dos passageiros em Santa Maria e que também servirá de modelo para as outras ilhas.

Certamente depois obrigará a fazer em S. Miguel, na Terceira, no Faial e nas outras ilhas cais acostáveis semelhantes àquele que vai ser feito em Santa Maria.

Para além disso, é um cais que vai dar outros benefícios também para todas as embarcações que demandam aquele porto, porque se trata da construção de um cais acostável com cerca de 100 metros.

Em relação ao porto de recreio, e quero que isso fique muito claro, porque não é do conhecimento geral da população, nós fizemos uma candidatura ao PETER com aquele projecto juntamente com projectos da Câmara Municipal de Vila do Porto, Câmara Municipal de Ponta Delgada, Câmara Municipal da Lagoa, num investimento que envolve vários milhões de contos. Nós gostaríamos de avançar

para esta obra com este projecto aprovado por este programa, como por exemplo já foi aprovado o PETER da Ribeira Grande, numa situação de maior certeza.

Sei que é um projecto extremamente vasto onde estão envolvidos muitos outros investimentos, mas este investimento foi considerado pelos diversos participantes e também com a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores como um Projecto Âncora, o que beneficiará à partida de cerca de 20% a fundo perdido dos fundos que vêm do Continente e que nos importa receber.

Portanto, na gestão das diversas verbas há que fazer as escolhas correctas para beneficiar ao máximo dos recursos financeiros existentes na Região e no País.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputados José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Continuando com as minhas observações e com os meus esclarecimentos, eu gostava de falar aqui sobre a estrada dos Anjos.

Esta estrada não poderia ser arranjada neste momento, porque foi feito o abastecimento de água à lavoura que destruiu metade da estrada. Inclusivamente o senhor recebeu há pouco tempo resposta a um requerimento a dizer precisamente isto, ou seja, faz parte do caderno de encargos a recuperação de meia via da estrada dos Anjos e, portanto, o senhor não queria que fosse reparada meia faixa da estrada e depois a outra metade. Não, quando for para reparar há-de ser tudo.

O que importa em primeiro lugar é fazer o abastecimento de água à lavoura da ilha e só depois arranjar-se-á a estrada. O senhor sabe que é assim, mas esquece-se destas coisas.

Em relação ao porto dos Anjos, admira-me o senhor vir falar dele, porque a obra já foi adjudicada e já se sabe qual é a firma. O senhor pretende é que não se faça a obra? Ela vai ser executada pela firma que está lá a executar a obra da gare de passageiros.

Também lhe quero dizer que mesmo que se tivesse optado por fazer primeiro o porto de recreio, o que iria acontecer era que nem o Terminal de Ferries, se calhar, podia

ser executado agora e, portanto, nem uma coisa nem outra. Poderíamos ter em 2004 o início da obra do porto de recreio, mas nunca conseguiríamos fazer em 2003.

Antes de terminar queria dizer o seguinte:

O senhor pergunta o que é que fizemos nos primeiros 4 anos, eu digo-lhe que fizemos muitas coisas. Fizemos tanto, tanto, que até elegemos dois deputados e o senhor foi “por uma unha negra” que entrou nesta Casa.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Deputado Mark Marques (PSD): E esta Sr, Deputado Nuno Amaral? A deselegância parte daí! Está a chover-lhe em casa!

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há um conjunto de serviços prestados à população que são considerados “serviços públicos” e que em parte são pagos pelos contribuintes; muitos destes foram mesmo serviços da administração pública, passando depois a serem prestados por Empresas Públicas, e tendo essas empresas como objectivo a execução dos serviços públicos que lhes eram cometidos.

Neste momento, com a implementação de conceitos económicos e sociais neoliberais, muitos são os serviços públicos e empresas públicas que gradualmente vão sendo privatizados e a filosofia de serviço público vai gradualmente sendo substituída por uma filosofia de lucro, que nada tem a ver com o objectivo inicial e gradualmente deixa-se de atender aos mais elementares direitos das populações, ou seja, dos contribuintes, que continuam a ser os pagantes pelos serviços, mas que na prática são mal servidos.

Vem isto a propósito de um facto que se passou comigo próprio e que entendi valer a pena relatar. Na véspera do início do Período Legislativo de Abril tive necessidade de enviar alguns documentos para as Flores, os quais foram enviados por carta, correio azul, entregues na Estação dos Correios da Horta no dia 7 do mês de Abril; o Plenário decorreu normalmente e a seguir fui na deslocação a Cabo Verde e nem me preocuparam mais os documentos, porque sempre supus que em 3 ou 4 dias

chegariam ao seu destino; mas, ao regressar às Flores, o destinatário dos referidos documentos procurou-me julgando que os levava comigo e daí a minha admiração por ainda não terem sido entregues, o que só veio a acontecer no dia 21 de Abril; ou seja, uma carta enviada por correio azul levou 15 dias para chegar do Faial às Flores, apesar de haver ligações aéreas regulares, mau grado as tempestades que passaram durante um ou dois dias, nada justifica tais demoras. No entanto, este facto poderia ter-se anormalmente verificado apenas com a minha carta, mas confirmei que tal anomalia ocorreu com muita correspondência de muitos e variados cidadãos, foi geral.

Voltámos à década de 60, à época em que as Flores passou a ter barcos de 15 em 15 dias, e a correspondência chegava regularmente de 15 em 15 dias, ora no Carvalho Araújo, ora no Ponta Delgada. Nessa altura deixámos de ter correspondência de mês a mês, para tê-la de 15 em 15 dias e agora voltamos a tê-la de 15 em 15 dias. E isto pouca importância teria se se verificasse apenas com alguns documentos, mas a grande maioria dos pensionistas também recebe as suas pensões por via postal e para quem a sofre pouco, estes atrasos são muito significativos.

Aqueles que recebem os seus vencimentos, no dia e por transferência bancária, muitas vezes não se apercebem que anomalias destas são altamente prejudiciais para os que maiores necessidades sentem de receber aquilo que lhes é devido no dia a que têm direito.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desde há vários meses que são referidas muitas anomalias e demoras em relação à correspondência e em várias Ilhas; inclusivamente algumas organizações sociais têm denunciado essas deficiências; recorro que têm sido referidas demoras muito exageradas com o correio acelerado (express-mail) do Continente para os Açores e entre Ilhas da Região.

Matérias deste tipo devem merecer a atenção dos responsáveis, concretamente do Governo Regional, que tem de garantir que os serviços públicos cumpram os seus deveres perante os cidadãos, em tempo considerado normal, de acordo com os meios hoje existentes e tendo em conta o estado de evolução da sociedade em que vivemos.

Deputado José Decq Mota (PCP): *Muito bem!*

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apreciei a intervenção do Sr. Deputado Paulo Valadão e devo-lhe dizer que algumas declarações prestadas pelo representante dos CTT's na Região, há pouco tempo atrás, mereceram da minha parte um reparo real, porque a Região Autónoma dos Açores não tem culpa de ser constituída por ilhas separadas do Continente, por cerca de 1500 km de distância e distar cerca de 600 km entre Santa Maria e as Flores, dispersa por uma área bastante vasta.

Se o correio azul existe no todo nacional, os Açores não podem ficar de fora.

Compartilho consigo também algumas dúvidas e certamente algumas incertezas sobre o futuro de determinadas empresas que são neste momento públicas e que podem ser privatizadas e eu pensei que o Sr. Deputado se ia referir à ANA. Não foi esse o caso, foi para os CTT's, mas da minha parte devo dizer-lhe, com toda a franqueza, que fiz aquilo que deveria fazer, talvez não fosse o suficiente, porque os atrasos são cíclicos e de vez em quando acontecem.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

Julgo que é fundamental continuar a insistir junto dessas empresas para que elas cumpram, efectivamente, aquilo que lhes é devido.

O problema passa-se entre o Continente e a Região e passa-se entre as ilhas da Região e eu propositadamente apresentei um exemplo concreto aqui do Faial para a Ilha das Flores. O que se passou no mês de Abril foi exactamente o que se passava há 40 anos atrás, o que é inadmissível.

Eu aceito o esclarecimento dado pelo Sr. Secretário e a posição assumida por V. Exa. perante os CTT's, mas penso que se tem que ir mais além e principalmente o Governo Regional tem que sensibilizar todos aqueles que são responsáveis pela prestação destes serviços públicos no sentido de, duma vez por todas, usufruirmos

dos mesmos direitos que usufruem aqueles cidadãos que vivem em Lisboa e que mandam uma carta, por exemplo, para Santarém ou para Vila Franca de Xira, situação que eu comparo àquela que é a nossa quando mandamos uma carta do Faial para a Ilha das Flores.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma das funções, com notória expressão, que tem vindo a desempenhar os Senhores Deputados da oposição é a sua acção fiscalizadora sobre a actividade do Governo Regional, com acentuada incidência sobre o cumprimento ou não das promessas eleitorais. Estas atitudes, excessivamente vigilantes, poderiam prestigiar os seus praticantes se não fora o facto de muitas vezes terem por único fim o “bota a baixo” numa perspectiva de utilizarem todos os meios para atingirem os seus apetitosos desejos de voltarem ao Governo; quicá para castigarem os Açorianos com os mesmos métodos que, hoje, na República vemos castigar os Portugueses. Para que tal não aconteça e em prol do Povo dos Açores temos que redobrar esforços, na luta contra aqueles que na oposição mostram servir melhor os Açores do que enquanto detentores do Poder.

A este propósito, nada mais oportuno do que nos socorrermos de alguns factos históricos:

Não longe vão os anos em que éramos Governados pelo P.S.D. e esta Assembleia passou por um figurino que garantiu aos partidos da oposição, (conjuntamente com dois deputados independentes que tinham desertado da bancada do PSD) a possibilidade de criarem um pacote legislativo que beneficiou, os Açorianos.

Para ser mais claro vou simplesmente apresentar como exemplo o Dec. Leg. Reg. nº. 15/92^a - Remuneração Complementar para a Administração Regional e Local que se fundamentou na clara necessidade de compensar, pecuniariamente, os supracitados funcionários dos acentuados custos da insularidade.

Todavia, em Outubro de 1992, fomos para eleições e o PSD ganha a maioria absoluta na Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Sem perda de tempo os senhores deputados do PSD, numa postura prepotente, diria mesmo traidora, apressaram-se a revogar aquele e outros diplomas de relevante interesse para os Açorianos, sendo certo que também na correspondente campanha eleitoral, astutamente e de má fé, diziam que tal medida não seria tomada.

Mas, recordam-se que numa rajada ciclónica o Governo do PSD (que saiu das eleições de 1992) pediu a dispensa de exame em comissão, do diploma que acabou por revogar os seguintes Decretos:

- Dec. Leg. Reg. n.º3/92/A de 11 de Novembro
- Dec. Leg. Reg. n.º15/92/A de 31 de Julho
- Dec. Leg. Reg. n.º16/92 A de 5 de Agosto
- Dec. Leg. Reg. n.º24/92/A de 24 de Outubro

Foi mesmo à saída das urnas de 1992 que o PSD deu a facada nas costas dos eleitores! Nem tão pouco respeitou a Constituição da República Portuguesa que os obrigava a uma outra postura em matéria laboral. Quiseram fazer da lei da rolha o seu próprio método de trabalho! Pois é, pertencem à mesma escola do PSD nacional...!

Mas para avivar a memória, daqueles que se fazem esquecidos, abaixo transcrevo um pequenino fragmento do debate travado nesta Casa, a propósito da revogação dos acima mencionados Decretos Legislativos Regionais.

Assim e quando o Senhor Deputado Dionísio de Sousa terminava a sua intervenção dizendo que a bancada do PSD estava disposta a revogar tudo o que anteriormente tinha sido aprovado em benefício dos Açorianos, ou seja os já referidos Decretos, respondia o então Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado, hoje ilustre deputado do PSD): “*De mal!*”

Acrescentava o Presidente do Governo (Mota Amaral), ao mesmo tempo que se ria: “*De mal! Todo o mal será revogado*”(escusado será repisar que se estava a referir também à revogação da mencionada remuneração complementar)

Ainda sobre esta mesma matéria recuo um pouco mais no tempo para não perder a oportunidade de citar as primeiras palavra dirigidas à Assembleia Legislativa

Regional pelo então recém-empossado Presidente do Governo, figura de cartaz da campanha do PSD em 1992.

Dizia e cito:

“... A experiência do período imediatamente anterior, com aprovação de leis injustas” (referia-se à compensação salarial e aos outros diplomas já identificados nesta minha intervenção) *“distribuição inconsiderada de benesses, esbanjamento de dinheiros públicos, tentativas de atropelo ao princípio constitucional da separação de poderes, às quais de resto resisti e me opus terminantemente, tal experiência, repito, foi elucidativa e até traumatizante”*. Fim de citação

Deputado Joaquim Machado (PSD): O povo comprovou isso nas eleições.

O Orador: O senhor também o aplaudiu.

Conforme o Diário das Sessões desse dia, estas afirmações são acompanhadas com a seguinte exclamação da bancada do PSD: *“Muito bem! Muito bem!”*

Estamos perante o exemplo perfeito da arrogância descarada e traição dos anteriores Governos do PSD!

Aproveito ainda para referir que nesta bancada já se encontravam alguns dos hoje candidatos do PSD, a futuros governantes e relembro que estes senhores deputados só na oposição e com esse estatuto é que acharam bem criar a remuneração complementar aos trabalhadores da Região, bem como reduzir os impostos, (IRS e IRC).

Assim são eles na oposição - muito bons!

No poder e detentores da maioria, consideraram a remuneração complementar tratar-se da distribuição inconsiderada de benesses, esbanjamento de dinheiros públicos e traduzia-se num trauma para o Governo do PSD.

Coitadinhos, ficaram tanto traumatizados que os açorianos, com pena deles, acharam melhor mandá-los descansar, optando por escolherem um Governo Socialista em 1996!

Será necessário melhor sinal do que este para os eleitores ficarem a saber que o PSD só é bom para os Açorianos na oposição? Creio que não!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Vocês estão mesmo assustados.

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para o PSD tudo serve para persuadir os eleitores. Na mira do voto dizem, lá pela minha Ilha que este Governo despreza a lavoura mas, infelizmente, os empresários agrícolas de São Jorge, ainda não se esqueceram do mau trato dos Governos Laranja, quando estavam asfixiados e, bem pelo contrário sabem que foi com os Governos Socialistas que:

- Passaram a ter o gasóleo mais barato 30 cêntimos por litro, (60\$00) comparativamente ao preço corrente.
- Se acabou a discriminação, criada pelo PSD, em relação ao subsídio de 1\$00 que era atribuído ao litro de leite a outras Ilhas, deixando S. Jorge de fora, não obstante a permanente reivindicação dos lesados, sempre perdida no silêncio dos Senhores Deputados do PSD.
- Se avançou com a redução da energia eléctrica. Hoje paga-se cerca de 30% menos (o PSD só soube subir e os Açorianos chegaram a pagar mais 50% do que os continentais)
- Foi encontrada uma solução para libertar as cooperativas da asfixia financeira e os seus directores do pesadelo bancário.(Em abono da consciência quero repisar a atitude despropositada do PSD quanto a esta matéria que, agora, procura o ponto e a virgula para criticar o Governo, quando no passado nada fizeram para acudir a esta problema. Onde estavam os senhores quando a lavoura de S. Jorge, enterrada em dívidas, aflitiva e permanentemente suplicava por este tipo de ajuda!)
- Tiveram os meios para o pagamento do leite atempadamente e não com um ano de atraso como era hábito.
- Surgiu a tão necessária classificação do leite em S. Jorge, traduzindo-se numa grande valia para a Ilha. (A perspicácia do PSD apontava para a não introdução desta medida, porque fazia perder votos, mas irresponsavelmente, certificava-se o queijo de S. Jorge)
- Os lavradores passaram a ter apoios efectivos à compra de terras enquanto rendeiros, sendo certo que no ano de 1990 foi aprovado por esta Assembleia Legislativa Regional o Decreto Legislativo Regional n.º14/70 Sistema de Crédito à Aquisição de Terras por Rendeiros (SICAR), diploma que os Governos do PSD

sempre fizeram letra morta, ao ponto de nunca terem permitido que um único lavrador beneficiasse deste sistema. Foram autores de um diploma para “Inglês ver”!

- Este Governo está com um projecto em curso com vista a apoiar as cooperativas de São Jorge na construção de novas e modernas unidades industriais, com vista a uma efectiva estabilidade do sector que suporta a economia Jorgense.

- Executou obras de beneficiação na Casa de Matança de S. Jorge. (Presto a minha homenagem à memória de ferro do PSD. Que, nunca se esqueceu das suas promessas e, no curto espaço de 20 anos, anualmente, lá se ia lembrando de prometer este investimento aos Jorgenses!)

- Está a colaborar no sentido de se melhorar o circuito de comercialização do queijo.

- As operações de contentores no cais das Velas baixaram de 24.000\$00 para 3 500\$00.

- Abriram-se mais caminhos agrícolas

- Aumentou-se significativamente a rede de abastecimento de água à lavoura.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No decurso deste processo do desenvolvimento autonómico temos constatado que os senhores deputados da oposição tudo procuram para dizerem mal do Governo. Vejam que, à falta de argumentos, caem na desfaçatez de se apresentarem nesta tribuna a pressionarem o Executivo Regional para uma diversificação do sector agrícola em S. Jorge, considerando tratar-se duma grande medida económica para a Ilha de São Jorge.

Quando lhe pedimos sugestões nesta matéria, engasgam-se e caem da burra abaixo.

Mas vamos aos exemplos concretos, para falarmos genérica e sinteticamente, de mais promessas.

Com os Governos do Partido Socialista e num investimento que rondou um milhão e quinhentos mil contos, foi reabilitado todo o parque do primeiro ciclo do ensino básico, e construíram-se novos edificios escolares, resolvendo situações que faziam perigar os utentes (na sua maioria crianças) desses estabelecimentos de ensino.

Bem, nesta matéria temos que reconhecer a antecipação do PSD que já vinha a prometer estas acções há 12 anos!

Quando este Governo avançou para a construção da Escola Básica do Topo, o PSD, com o seu conhecido estilo, subiu a terreiro para dizer que se tratava tão só de uma conquista dos pais dos alunos.

Sei o que pretendiam com esta afirmação mas, ficando-me por esta opinião, resta-me dizer que muito teimosos e arrogantes foram os anteriores governos do PSD que, nem tão pouco ouviram a população.

Também está em fase de conclusão a obra do porto da Calheta, que excederá um milhão e seiscentos mil contos mas saibam os senhores que já no ano de 1990 constava das promessas do PSD.

Com este Governo beneficiámos de melhores transportes marítimos e aéreos de passageiros. Estávamos limitados quase só ao cruzeiro do canal.

Quanto às passagens aéreas para o Continente Português, para além do aumento de oferta, passamos a pagar menos cerca de 40%.

Deputado João Cunha (PSD): Agora já pagamos mais.

O Orador: Ao nível da rede viária recordo que a governação laranja apresentou, em 1992, a execução financeira das obras de pavimentação betuminosa da E.R.n.º1-2ª e da n.º3-2ª, para as quais recebeu participação comunitária. Aproveito para dizer que estas promessas (do PSD) arrastaram-se por 6 anos, mas a respectiva execução física só acontece com a chegada do Partido Socialista ao Governo que investe cerca de um milhão de contos.

Já todos sabemos que os Governos do PSD receberam dinheiros comunitários e registaram nas contas públicas o custo destas obras sem tão pouco as terem executado mas, calculo que tenham desviado estes recursos financeiros para aquele bonito monumento da Autonomia construído em Ponta Delgada; caso contrário teriam “tido à perna” aquele senhor deputado do PSD eleito por São Jorge que não deixa passar nada porque escrupulosamente, trabalha 24 horas por dia!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sei que este Governo ainda não executou todas as obras que tencionava fazer para satisfazer as justas aspirações dos Jorgenses mas também todos sabemos que foram investidos cerca de seis milhões de contos na realização das obras que vinham do

PSD com um atraso médio superior a seis anos. Agrava-se a esta situação os cerca de quinze milhões de contos que foram inviabilizados pela República.

Reparem só o que se poderia ter investido em S. Jorge com o dinheiro comunitário que o PSD recebeu para obras que não as executou nesta Ilha!

Mas, estou certo que os Jorgenses, a breve prazo podem contar, com a construção da nova aerogare, com a reabilitação do troço da E.R.N.º1-2ª entre Urzelina e Aeródromo, com o aumento do parque de contentores e o acesso ao porto das Velas, com novas unidades industriais para o fabrico do queijo de São Jorge e outras estruturas agrícolas (nomeadamente mais postos de abastecimento de água e rede de caminhos agrícolas). Também na forja já se encontra a tão necessária reabilitação do porto das Velas e da Fajã do Ouvidor.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Podia-me ter socorrido de muitos outros exemplos mas, resumi a minha intervenção para poder ainda abordar uma questão actual e que necessita de resolução urgente. Falo da derrocada ocorrida no acesso à Fajã dos Cubres, no dia 23 do mês transacto, e manifesto a minha satisfação pela forma responsável como até agora o assunto foi tratado.

Poucas horas após este acontecimento o Senhor Presidente da Câmara Municipal da Calheta, que se encontrava em Lisboa, foi contactado pelo Senhor Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas que lhe disponibilizou os serviços do Laboratório Regional de Engenharia Civil, para avaliar a situação e sugerir soluções. A fluidez nesta matéria permitiu que a Edilidade Calhetense ficasse à posse do respectivo relatório no dia 28 de Abril.

No dia um de Maio ficámos a saber que o Governo Regional, consciente do plafond global de investimento da Câmara Municipal da Calheta, significativamente comprometido, acordou com esta autarquia reforçá-lo no montante do investimento que vier a ser feito na reparação do Caminho Municipal para a Fajã dos Cubres, aquando do reforço do PRODESA e simultaneamente o Governo Regional ainda participará nos 15% relativos ao investimento directo da correspondente Autarquia, mediante um contrato ARAAL.

Assim e, apesar de se tratar de um investimento da inteira responsabilidade da Câmara Municipal da Calheta, o Governo Regional resolve ajudar mais um problema no âmbito da solidariedade Regional, ficando A referida Autarquia com poucos encargos nesta reparação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em nome dos Jorgenses, particularmente dos que utilizam mais aquela via, e ainda dos que necessitam deste caminho para o suporte da sua actividade, no âmbito do turismo, esperamos que a intervenção se efective no mais curto espaço de tempo e agradecemos ao Governo Regional este gesto de solidariedade que infelizmente, noutras circunstâncias idênticas não aconteceu entre um Governo do PSD e a Câmara Municipal da Calheta. Refiro-me à enorme derrocada da Fajã de S. João em que o atrás referido Executivo Regional, apesar de pedidos aflitivos, virou as costas a esta Autarquia, tendo a mesma assumido, sozinha, o complicado trabalho.

Disse. Muito Obrigado

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para esclarecimentos.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero pedir um esclarecimento ao Sr. Deputado António Gomes, porque fiquei na dúvida, em relação à afirmação que ele faz relativamente à certificação do queijo de S. Jorge.

Percebi o Sr. Deputado dizer: “irresponsavelmente certificava-se o queijo”. Posso ter percebido mal e gostaria que me esclarecesse, quando se refere à certificação do queijo, o que é que é que pretendeu dizer, porque penso que é uma matéria importante e gostaria que ficasse esclarecida.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Gomes:

Eu gostaria de lhe dar o seguinte título: “Um dia um deputado exumador”.

O senhor desenterrou tanta, tanta coisa que cheguei a pensar que não ia falar uma única coisa da actualidade.

Vou começar pelo fim.

Em relação à derrocada quero fazer uma pequena correcção. O Sr. Presidente da Câmara Municipal da Calheta estava em Lisboa, mas estava cá o Presidente em exercício.

O Sr. Deputado estava presente e sabe que à saída da missa das festas de S. Jorge, o Sr. Presidente da Câmara Municipal da Calheta, com o meu colega Deputado Aires Reis, que também é autarca, dirigiram-se imediatamente para o local. Vir aqui quase que dizer que estava longe, isso não aconteceu.

Infelizmente o que aconteceu, e estou convencido que se calhar não foi culpa do Presidente do Governo Regional e nisto sou sincero e honesto, é que houve alguns tiros nos pés, na ilha de S. Jorge, em relação a este processo, porque nós começámos a ouvir na comunicação social que o Governo simplesmente se estava a desresponsabilizar disso, mas depois vim a saber que não foi assim. Este é um assunto que foi resolvido ao nível certo.

Se calhar isso aconteceu, infelizmente, porque o senhor e aqueles que o acompanham não têm uma acção fiscalizadora. O senhor acusa os deputados do PSD, mas isso não é acusar, é reconhecer o trabalho que os deputados têm, que é de fiscalizar. É isso que os senhores não fazem e ao não fazê-lo estão a demitir-se das suas funções.

Também quero dizer que faço parte dos deputados que fiscalizam excessivamente as acções do governo, porque sou daqueles que sempre disse em várias campanhas eleitorais que nestas coisas estou 24 horas por dia. Sei que isso o incomoda muito, mas eu sou assim.

O Sr. Deputado levantou aqui algumas questões, nomeadamente aquela que o Deputado Paulo Valadão levantou, que eu também gostaria de ver esclarecida.

Falou em rede viária de 1992, e lá está a acção isoladora, mas depois não falou nas últimas reabilitações, da manifestação, daquilo que disse que não há mais asfalto para ninguém até 2004. Nós já sabemos que vamos ser nós a resolver o assunto em 2005.

Depois também diz que fizeram o novo matadouro. Sr. Deputado, vamos ser sinceros e honestos. Os senhores não fizeram um novo matadouro, pintaram-no e colocaram uma placa e ficou um pouco melhor. Nós não temos um bom matadouro e o Sr. Deputado sabe disso.

Em relação ao Porto da Calheta, é uma obra com a qual nos congratulamos. Estranhamente não está a funcionar este ano, mas já percebemos que o vosso calendário político para o ano é capaz de vos dar mais jeito.

Em relação à Escola do Topo, é uma excelente escola e ficamos a ganhar com isso. Nós deste lado reconhecemos o que foi feito e o que está por fazer.

Em relação ao aval, o Sr. Deputado disse que neste momento os directores estão calmos, tranquilos e seremos.

Aproveitando aqui a presença do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pesca, quero dizer que já fiz alguns requerimentos relativamente a este assunto e ainda não obtive respostas.

O Sr. Secretário informou nesta Casa que havia correspondência trocada entre os Açores e Bruxelas, mas que esse assunto era uma questão formal e eu perguntava se isso é um assunto consumado? Se assim for vou para casa mais tranquilo sobre esta matéria.

Sr. Deputado, eu não conheço o programa da próxima visita do Governo a S. Jorge, mas no programa da visita anterior constava o aumento do parque de contentores das Velas e quero dizer aqui que não conheço ninguém na ilha de S. Jorge que reivindique o parque de contentores na ilha de S. Jorge, ...

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): O senhor não sabe o que é que está a dizer.

O Orador: ... reivindique o aumento do porto comercial, porque os navios da Açorline e os navios de mercadorias é lá que operam. Eu não tenho agora aqui comigo, mas posso-lhe facultar algumas fotografias de vários dias em que o porto estava cheio e o parque de contentores não estava assim tão cheio quanto isso.

Gostaria que me informasse se existe alguma entidade que reconheça, de facto, que esta é uma obra importante, porque é dito nesta Casa, e muito bem, por alguns membros do Governo, e nós como somos responsáveis também concordamos, que

não somos ricos. O Sr. Secretário é que diz que não somos ricos e, por conseguinte, temos que fazer as obras necessárias, agora aumentar o parque de contentores, convenhamos!

Gostava que o Sr. Secretário me dissesse qual foi a entidade que reivindicou isso. Muito obrigado.

(Neste momento o Sr. Presidente foi substituído na Mesa, pelo Sr. Vice-Presidente, Deputado Bento Barcelos).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou responder como muito gosto ao Sr. Deputado Paulo Valadão relativamente à pergunta que fez.

De facto, para mim foi sempre aflitivo, em tempos passados, sentir que se estava a certificar o queijo de S. Jorge quando não se tinha o cuidado de criar infraestruturas para segurar a qualidade e garantir no mercado esse produto.

Posso efectivamente reconfirmar aquilo que disse na tribuna, e parece-me que o Sr. Deputado Paulo Valadão percebeu. Só muito recentemente é que se está a fazer a certificação do leite em S. Jorge. Isso para mim foi sempre uma preocupação e como o Sr. Deputado sabe, tratando-se dum produto que é certificado, naturalmente é mais perseguido no mercado pela concorrência. É óbvio que isto para mim foi uma grande preocupação, porque entendi sempre que se devia ter a certificação do leite em S. Jorge, para podermos ter um produto de melhor qualidade e certificado numa zona demarcada, que é S. Jorge.

Deputado Mark Marques (PSD): O senhor não sabe o que está a dizer. O senhor não vive nos Açores. Está completamente longe!

O Orador: O Sr. Deputado pode fazer-me as perguntas que entender, mesmo essa que entenda que eu não esteja a responder da melhor forma, que eu terei muito gosto em responder.

Respondendo às perguntas que me fez e começando pela derrocada da Fajã dos Cubres, devo dizer-lhe que tenho vindo a acompanhar aquele processo e tive em contacto com o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos durante alguns dias, período em que se esperava por soluções, e o que é certo é que essas soluções nunca poderiam ser tomadas sem o relatório do LNEC, entidade competente para analisar uma situação daquela envergadura e logo que o relatório foi conhecido, foram tomadas decisões.

Também lhe quero dizer que se trata dum caminho municipal e a postura do Governo era colaborar com o dono daquela infraestrutura na recuperação. Foi isso que o Governo fez.

De resto, como sabe naturalmente, em 1980 ficaram três fajãs isoladas e numa situação muito pior, porque eu andei nesses trabalho de limpeza e recuperação dos caminhos de acesso a essas fajãs de S. Jorge e sei com o que me deparei. Eram trabalhos bastante mais significativos do que este que agora se apresenta e foram resolvidos.

O que interessa aqui salientar é que houve, neste caso da Fajã dos Cubres, solidariedade da parte do Governo Regional.

Sr. Deputado, se o senhor ouviu bem a minha intervenção, não se esqueça que eu também disse que tivemos, e não se passaram muitos anos e deve ter isso presente na sua memória, uma derrocada semelhante na Fajã de S. João e foi pedido ajuda ao governo de então, que era do PSD, que simplesmente virou as costas à Câmara Municipal da Calheta, quando se tratava de uma derrocada que, em termos de custos, era mais significativa do que esta que agora nos confrontamos.

Portanto, se o senhor ouviu uma parte da minha intervenção, também ouça a outra.

Ainda em relação a obras e daquilo que tem sido feito em S. Jorge por este Governo, o senhor tem habilidade e conhecimentos de matemática suficientes para perceber que este Governo já investiu em S. Jorge, em obras que os senhores levaram 20 anos a prometer, 6 milhões de contos.

Se os senhores tivessem feito o que prometeram, obviamente que estes 6 milhões de contos tinham sido disponibilizados para se fazer muito mais em S. Jorge e os jorgenses só tinham ganho com isso.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para prestar esclarecimentos ao Sr. Deputado Mark Marques que solicitou vários esclarecimentos, como é habitual no Parlamento.

Estou aqui para vos esclarecer, sem que tenha a certeza que o Sr. Deputado, nesse assunto, está bem esclarecido, porquanto eu fiz uma reunião com todas as direcções de todas as cooperativas de S. Jorge, fiz uma reunião pública com os lavradores de S. Jorge, no Concelho da Calheta, onde esse assunto do aval também foi esclarecido, mas tenho muito gosto em explicar ao Sr. Deputado e a esta Câmara os passos que foram desencadeados e a situação a que se chegou.

Na verdade o aval foi formalmente solicitado, seguindo a notificação para Bruxelas e, portanto, existe toda essa correspondência.

Não é habitual nós darmos a correspondência, mas sim darmos conta dos processos em que as Secretarias estão envolvidas e naturalmente a resposta sobre esse assunto chegará ao Sr. Deputado.

Iniciou-se o processo, foram pedidos esclarecimentos por parte da Comissão relativamente à situação do aval e foram solicitadas condições para prestar o aval.

Consultadas as direcções das cooperativas sobre essa matéria, elas entenderam que as condições exigidas por Bruxelas para a prestação do aval eram de tal maneira gravosas que era melhor recuar nessa solicitação.

Eu tive oportunidade de prestar depoimento público em S. Jorge aos órgãos de comunicação social e penso que este processo está esclarecido.

Eu aguardo serenamente que o PSD ou alguém em seu nome faça queixa a Bruxelas de mais algum apoio que eventualmente venha a ser dado às cooperativas de S. Jorge, porque tem sido esse o hábito. Sempre que os senhores fazem um requerimento, e ainda há pouco tempo fizeram sobre as conserveiras, eu respondo ao requerimento e 15 dias depois Bruxelas vem pedir que nós expliquemos porque é que demos esse apoio, etc., etc.. Portanto, tem sido este o relacionamento.

Os açorianos têm que ficar bem cientes de que o vosso zelo pela não oposição é tal pelos Açores, que os levam a fazer queixas de actos administrativos do Governo que são os próprios senhores a pedi-los.

Os senhores a todos os sítios que vão dizem: têm que ser apoiados, têm que ser apoiados e nós até às vezes achamos que os senhores têm razão.

Deputado Mark Marques (PSD): Então os senhores prometem coisas que não pode cumprir legalmente?

O Orador: Quando achamos que têm razão, nós apoiamos e a seguir os senhores, nas nossas costas, fazem uma queixinha a Bruxelas. Os açorianos precisam de saber que esta tem sido uma atitude sistemática relativamente a acções que são justas e que nós continuaremos a fazer dentro da legalidade.

Os senhores tanta queixa fazem que alguma vez lhes há-de sair alguma na rifa. Espero que não seja ainda nesta legislatura nem na próxima e hão-de ter muito que andar para nos apanharem em falso.

Depois, há aqui uma questão que, sendo séria como todas as outras que são tratadas neste Parlamento, é importante também o Governo manifestar alguma posição.

Presidente: Sr. Secretário, agradecia que concluísse.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

Concluindo, no que diz respeito à certificação do queijo de S. Jorge, é importante que se diga que o queijo é o resultado da produção de leite e o resultado da sua transformação. Sendo um queijo que é produzido e comercializado em cru, sem nenhuma pasteurização, são necessários cuidados extraordinários de higiene, quer ao nível da produção, quer ao nível da transformação.

Como o tempo não me deixa avançar mais, espero que em próxima intervenção possa continuar o meu raciocínio.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de explicar algumas coisas que talvez não são do conhecimento de todos os Srs. Deputados, e por isso foram ditas, de ânimo leve, algumas afirmações, mas que são reais e fundamentais para a Ilha de S. Jorge.

A Ilha de S. Jorge é a ilha que tem mais dificuldades em termos de tancagem de combustíveis. Em termos de gasóleo a tancagem existente dá para 16 dias apenas e foi por isso que, há uns tempos atrás, tivemos um problema grave no abastecimento daquela ilha, que já está resolvido, porque a EDA fez uns tanques de gasóleo que foram colocados fora da zona do porto, porque as Velas têm uma configuração muito complicado e não permite instalar tanques naquela zona.

Portanto, para que haja um regular abastecimento e não haja muito tempo de demora no porto, torna-se imperioso o aumento do cais para o crescimento da tancagem existente naquele naquela zona. Da forma que está é muito difícil, porque o barco chega, tem que encher de gasóleo os tanques que existem no cais, esse gasóleo tem que ser extravasado para os tanques da EDA, que ficam distantes, para voltar a encher os tanques existentes no cais, complicando toda esta operação. Esta é a razão pura, simples e real, é uma necessidade absoluta...

Deputado Mark Marques (PSD): Então não é o parque de contentores, é o parque de combustíveis.

O Orador: Estamos a falar do parque onde está o cais acostável, onde possivelmente será colocado mais combustível e mais contentores.

Todos nós sabemos o que acontece quando há carga e descarga de contentores naquele cais. O porto não tem uma dimensão comercial muito grande e por isso tem dificuldades.

Em relação ao aumento do cais acostável, nós sabemos que é uma obra de grande vulto, e neste momento estamos envolvidos noutra obra também de grande vulto em S. Jorge, que é a construção do porto comercial da Calheta, obra que envolve cerca de 7 milhões de euros, que ficará pronta este ano, mas também sabemos que uma boa gestão do porto das Velas permite funcionar naquele porto sem problemas.

Como sabe aquele porto neste momento é solicitado duas vezes por mês por três companhias, a Boxline, Mutualista e Transinsular, ou seja, 6 navios por mês, a multiplicar por 6 horas, que é o tempo de desembarque e embarque, dá 36 horas.

Para além destes, também vai lá o navio de combustíveis de semana a semana e todos os dias o barco da Açorline.

Portanto, se fizermos a soma das horas disponíveis para a gestão daquele porto, mesmo que aconteça problemas pontuais de carga e descarga de cereais, significa que, com uma boa gestão, é sempre possível ter tempo para todos.

Agora, se todos aparecerem na mesma altura, no mesmo dia, por maior que seja o cais, haverão sempre problemas, mas nós não somos uma Região suficientemente rica para gastar milhões no crescimento do cais, só porque os diversos armadores pretendem atrair àquele porto no mesmo dia. Temos é que saber racionalizar. As nossas tarifas já apontam para isso.

Nós estamos a estudar esse aumento, mas não prometemos fazer essa obra nesta legislatura.

Presidente: Sr. Secretário da Economia, agradecia que concluísse.

O Orador: Portanto, estamos certos que a obra que vamos fazer é fundamental para o abastecimento da ilha, para melhoria da operação portuária e beneficiará em muito a própria vila, mas não gastamos dinheiro à toa, sabendo que os nossos recursos são escassos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uso da palavra para uma breve intervenção e só para vos dizer que quem ouve o Sr. Deputado António Gomes fica com a sensação de que tudo começou há sete anos...

Deputado António Gomes (PS): A classificação do leite foi há sete anos, Sr. Deputado.

Deputado Mark Marques (PSD): E põe em causa a certificação do queijo.

Quando chegar a S. Jorge vá às cooperativas!

O Orador: ... e que para trás nada havia, nada existia.

Eu às vezes dou comigo a pensar e a tentar reavivar a minha memória e vejo que tínhamos as cooperativas de S. Jorge cada uma a trabalhar para o seu lado.

O trabalho inicial de se constituir uma união de cooperativas não foi fácil, e o senhor sabe tão bem como eu que não foi fácil, porque as pessoas não estavam para aí voltadas e só há pouco tempo é que entrou mais uma e ainda continua outra de fora.

Depois foi dotar essa união de cooperativas, desde os estatutos às instalações físicas que têm e que julgo que são boas.

Foi também criar para o queijo de S. Jorge uma denominação de origem protegida, que também não foi um processo fácil e simples, mas que se fez.

Foi também criar uma entidade certificadora que foi a Confraria do Queijo de S. Jorge, dotada dos meios técnicos necessários para poder fazer a certificação desse produto.

Portanto, dizer agora que a certificação do queijo de S. Jorge era feita irresponsavelmente, talvez porque o leite não era classificado ou porque a classificação do leite não estava estendida a S. Jorge, Sr. Deputado, eu devo-lhe dizer com toda a franqueza que as coisas não se podem fazer de um momento para o outro na sua totalidade. Fez-se o que se pareceu que era importante para se dar passos em frente.

É claro que a classificação do leite viria a seguir e tenho a honra de ter sido um dos pioneiros de se começar a fazer os ensaios e os estudos que levaram a estender a classificação do leite a S. Jorge.

Agora, digo-lhe com toda a franqueza, se não tivesse havido mudança de governo, com certeza que S. Jorge teria a sua classificação do leite. Mal teriam feito os senhores ou o Governo Regional se não tivessem estendido essa classificação do leite a S. Jorge, porque os conceitos vão evoluindo.

Antigamente bastaria uma prova de álcool, uma lacto filtração para se certificar leite. Hoje em dia preocupam-nos salas semânticas, contagem de micro-organismos e tudo o resto.

Portanto, todos estes conceitos vão evoluindo e é preciso ver que o que era uma realidade há sete anos, não é a mesma realidade hoje em dia.

Também tivemos a preocupação de atender ao saneamento financeiro das Cooperativas de S. Jorge, através de um empréstimo, contraído pelo IAMA. Pode não ter sido na sua totalidade, mas fez-se.

Com toda a franqueza, Sr. Deputado, sei que as coisas vão evoluindo, mas dizer-se que nada foi feito, que era irresponsável o que se fazia e tudo o que se fez foi mal feito, parece-me que é uma visão um pouco redutora e que não corresponde de maneira nenhuma à realidade que temos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Gomes, o acto de certificação não é um acto político, é um acto técnico que obedece a um protocolo que estou convencido que todos os técnicos, quer com o governo Socialista, quer com o governo Social Democrata, quer com outro governo qualquer, têm o dever, com muita consciência técnica, de emitirem essa certificação e normalmente cumprem esse dever.

É preciso não confundir certificação de queijo com classificação de leite, porque são coisas diferentes.

Deputados Mark Marques e Luís Medeiros (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Mais:

Não é obrigatório hoje, como não era ontem, que haja uma classificação de leite para se fazer uma certificação de queijo.

E mais:

Os técnicos nesta Região, no passado e no presente, têm um organismo que, felizmente, trabalha para o técnicos, e há que enaltecer esse facto, que é o Laboratório Regional de Medicina Veterinária, sedado na ilha Terceira, que no passado e no presente tem dado e dá um apoio inestimável a quem, na prática, e no dia a dia se tem empenhado, com a sua assinatura e com a sua consciência, num acto que é importante e de grande responsabilidade para quem o faz.

Um outro aspecto, Sr. Secretário Regional, e tem a ver com a certificação dos produtos de origem animal, é importante que se trabalhe com a matéria prima em cru ou higienizada. É verdade que é mais complicado trabalhar com a matéria em cru, mas as preocupações têm que ser exactamente iguais em relação ao produto final, até porque todos nós sabemos que há agentes microbianos – e no caso de S. Jorge temos, infelizmente, muitos problemas nessa matéria – que contaminam o produto durante o fabrico e que não têm directamente a ver com a matéria prima.

Agora, eu gostaria de fazer uma pergunta concreta ao Sr. Secretário Regional e que é a seguinte:

Gostaria de saber se o Sr. Secretário, como responsável pela agricultura desta Região, nos garante que todo o leite destinado a todas as fábricas de lacticínios da Região Autónoma dos Açores está a ser classificado?

É importante que nos diga o que, na prática, se está a passar neste momento em relação a todas as fábricas da Região Autónoma dos Açores, porque o Sr. Secretário, com certeza, terá uma ideia do que se está a passar nas nove ilhas da Região.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Silveira.

Deputado Manuel Silveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não era para entrar neste debate, mas ao ouvir certas afirmações que foram feitas, nomeadamente por dois médicos veterinários, que eu considero que são pessoas com bastante capacidade, ao dizerem que não é importante a classificação do leite ou que a classificação do leite não é necessária para se certificar o queijo, acho que é de uma irresponsabilidade tremenda.

Durante cerca de 20 e tal anos S. Jorge não teve classificação de leite, enquanto que a essa classificação na ilha Terceira foi feita durante esse período de tempo. Foram os Governos do PS que levaram a classificação do leite para S. Jorge e neste momento em S. Jorge já se produz leite de superior qualidade, fruto de que os agricultores já se estão a capacitar que S. Jorge pode ser uma ilha com futuro na produção de leite com qualidade, que é o mais importante neste momento.

Quero só dizer mais duas coisas e que nos tempos do PSD era também uma injustiça e que tem a ver com o gasóleo agrícola. O meu colega António Gomes não falou nelas, não sei se propositamente.

Uma das maiores injustiças que existiu em toda a Região Autónoma dos Açores foi a não atribuição de 1\$000 por litro de leite e que os agricultores das ilhas mais pequenas viam por um canudo, sendo apenas atribuído a S. Miguel e Terceira.

Uma outra coisa que, como dirigente associativo que fui, também me revoltava era a situação do porto comercial das Velas e que nós em cada quilo de adubo que importávamos tínhamos cobrar ao agricultor mais 2\$00.

Portanto, isto eram, de facto, injustiças.

Termino por aqui. Se for necessário, voltarei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário da Agricultura e Pescas:

O senhor, na sua intervenção, acusou o PSD como sendo o autor das queixas que chegam a Bruxelas. Sabe, por ser jurista, que não se pode afirmar gratuitamente o que quer que seja, em tom acusatório como o fez, sem ter provas. Acho isso da maior gravidade e de uma irresponsabilidade política gritante.

Devo dizer ao Sr. Secretário que o Grupo Parlamentar do PSD nunca se inibirá, em acção fiscalizadora, de fazer o que quer que seja no controlo da acção política do Governo Regional ou de qualquer órgão de governo próprio da Região.

Sr. Secretário, aponte-me qual a queixa que o PSD apresentou em Bruxelas contra a Região ou contra o Governo Regional, para sabermos se o senhor faz aqui acusações gratuitas ou se sabe o que está a dizer.

Obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Secretário Regional do Ambiente (Helder Silva): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu peço desculpa de vir aqui, de alguma forma, pôr um parêntesis na discussão que estava a decorrer, mas é óbvio que o assunto que me traz a este debate tem a ver com matérias de outra natureza, nomeadamente de natureza ambientais e designadamente naquilo que tem a ver com uma questão que foi aqui abordada, relativamente à derrocada na Fajã dos Cubres.

Faço-o porque penso que é importante fazê-lo no âmbito e no espírito de uma Secretaria Regional a quem cabe também fiscalizar todas as matérias ambientais e a quem, mormente, cabe também salvaguardar aquilo que é a protecção dos cidadãos. Por coincidência, fiz há muito pouco tempo nesta Assembleia uma intervenção a este propósito, procurando mais uma vez explicar as razões subjacentes ao indeferimento ou acção de travagem de construções de abertura de caminhos de acesso a fajãs que, no nosso entender, não devem sofrer essa melhoria de acessibilidade pelas razões que já invoquei.

Quero também lembrar que os açorianos compreendem as nossas intervenções e a nossa acção na ilha de S. Jorge, naquilo que tem a ver com o indeferimento de abertura de alguns caminhos e até a nossa acção, nalguns casos, no sentido de travarmos os processos de construção em curso.

Fizemos várias intervenções, que foram objecto de alguma discussão pública, designadamente no município da Calheta, mas também nas Velas, mais propriamente na Fajã João Dias que nos merece alguma preocupação. Essa fajã sempre sofreu derrocadas e neste momento tem algum risco de se verificarem futuramente derrocadas.

Obviamente que não temos a capacidade de adivinhar quando, mas tem esse risco como, aliás, a Fajã de S. João também.

É óbvio que algumas dessas fajãs têm acessos que foram abertos há muitos anos, com mais ou menos cumprimento da lei, mas são factos consumados, como é caso da questão da Fajã dos Cubres.

O que é importante é todos nós estarmos despertos para estas situações, estarmos preocupados com elas, compreendermos a acção do ambiente quando trava processos de abertura de caminhos e também quando às vezes age no sentido de não permitir a continuação de obras de melhoramento ou de construção de novas residências em áreas que nós consideramos, também elas, áreas de risco.

A este propósito mais uma vez quero referir que temos em elaboração o Plano de Ordenamento da Orla Costeira. Recentemente fizemos a apresentação deste plano que está no final da segunda fase e é este também o momento de reflexão para todos nós participarmos positivamente neste documento e acautelarmos para o futuro, já que, infelizmente, tal não se verificou no passado, este conjunto de preocupações.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (*Ricardo Rodrigues*): Sr. Presidente,

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como o Sr. Deputado Bolieiro sabe, nós estamos num órgão iminentemente de carácter político.

(Vozes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: Ouçam e aprendam, eventualmente.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Se tivermos alguma coisa para aprender.

Não estamos num órgão de carácter jurisdicional.

De resto, esse tom ameaçador com que o Sr. Deputado Bolieiro me dirigiu, com o intuito de me intimidar, pensando que aquilo que eu tinha dito se transformaria num alibi para a sua acção política, enganou-se redondamente.

Cada vez mais confirmo aquilo que disse, ou seja, partindo desse pressuposto, que é verdadeiro, que é correcto...

Deputado Duarte Freitas (PSD): O senhor ainda não disse nada. Andou de roda e nada disse.

O Orador: ... e que juridicamente, como todos sabemos, existem liberalidades para todos aqueles que aqui trabalham de não se sentirem ameaçados com esse tom inquisitório do “prove, prove e prove”, basta que eu lhe lembre os factos para que o Sr. Deputado e os açorianos tirem as suas conclusões, para que a minha consciência fique tranquila, para que eu possa continuar a afirmar aquilo que disse.

Eu tive oportunidade de relatar aqui os factos e o que se passou foi que após 15 dias de eu responder ao requerimento do PSD entregue nesta Casa, tenho a notificação de Bruxelas pedindo-me explicações sobre apoios que eu tinha dado. Isto aconteceu passados 15 dias depois de eu responder e nunca antes.

Meu caro amigo, as coincidências em política não existem e, portanto, as coincidências têm que ser assumidas.

Quando os apoios são dados e, eventualmente, antes de serem publicados, os senhores perguntam, e depois vem a notificação de Bruxelas para eu explicar por que é que o Governo dá apoios. A prova é mais do que evidente e eu não tenho que provar mais nada. Basta essa suspeita para que os açorianos tirem as suas conclusões para que os senhores cada vez mais sirvam também os açorianos.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Isso é a teoria do aquário.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Ele não tem aquário.

O Orador: Este zum-zum de fundo só me entusiasma cada vez mais. Se pensam que com isso também me inibem, estão enganados, porque eu gosto mesmo é desse espicaçar. Espicaçar é que é a boa técnica para perceberem quão forte é a nossa vontade de servir o povo.

Nós temos todas as explicações para vos dar e não nos falta tempo para isso.

Gostaria ainda de voltar àquilo que foram as questões pertinentes sobre a certificação do queijo.

O Sr. Deputado Manuel Silveira, na simplicidade a que nos habituou, mas no conhecimento profundo da realidade, porque é lavrador, fez as afirmações que deviam ser feitas.

Tratando-se de um leite transformado em cru, tal como o Sr. Deputado sabe, por razões técnicas, como todos nós podemos adivinhar, são necessários muitos mais cuidados do que quando se trata de leite pasteurizado.

Aquilo que a DECO há pouco fez, levantando algumas suspeições, é muito mais perigoso fazer-se agora do que ter tomado as devidas cautelas com a antecedência necessária.

Presidente: Sr. Secretário, agradecia que concluísse.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

Se o leite, como produção, é importante na Terceira e em S. Miguel, não é menos importante em S. Jorge. Todas as decisões tomadas nesse sector para a ilha Terceira e para a ilha de S. Miguel, deveriam ter sido tomadas ao mesmo tempo para a ilha de S. Jorge, atenta a importância que esse sector desempenha naquela ilha. Refiro-me naturalmente à classificação do leite, refiro-me ao 1\$00 no preço do leite, refiro-me a todas as atitudes que tomaram. A diferença, Sr. Deputado, é que esta actividade para umas ilhas é determinante, para outras é importante.

É evidente que existem outras ilhas que ainda não têm classificação do leite, mas lá chegaremos.

Usando a mesma expressão que o Sr. Deputado Sequeira de Medeiros usou, quero dizer que nós não temos a capacidade de fazer tudo num só dia.

Vamos chegar lá e vamos fazer bem.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu pedi a palavra para prestar esclarecimentos e para fazer uma pergunta, todavia o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas referiu algumas questões que eu pretendia abordar.

Sr. Deputado Sequeira de Medeiros, como sabe a classificação do leite iniciou-se na Ilha Terceira em Setembro de 1978.

Eu não sou profissional deste sector, mas no dia a dia converso com empresários agrícolas e com os directores das cooperativas de S. Jorge e o que eles me dizem é que, com o aparecimento da classificação do leite em S. Jorge, tudo melhorou significativamente e com base nos comentários que tecem a esse respeito, sabem que o leite entregue nas cooperativas por outros seus colegas menos cuidados é uma minoria. É verdade que é uma minoria, mas ela também entregava, sem controle, leite nas cooperativas.

Obviamente que estou a falar com dois médicos veterinários, mas na minha perspectiva penso que se “andou com o carro à frente dos bois” e foi isso que quis transmitir na minha intervenção.

A pergunta que queria fazer era a seguinte: se os senhores consideram ou não que a classificação do leite deveria ter surgido primeiro em S. Jorge e só depois a certificação do queijo? É esta a pergunta que deixo à consideração dos Srs. Deputados.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Manuel Silveira, o senhor ouviu mal, porque nunca ninguém disse aqui que a classificação do leite não era importante. Ela é importante, Sr. Deputado, mas não é condição “sine quo non” para se fazer uma certificação. Foi isto que foi dito.

Se fosse como o senhor diz e se fosse como o Sr. Deputado António Gomes disse, aquilo que o Sr. Secretário acabou de dizer há pouco levava a que nalgumas ilhas alguns técnicos se vissem impossibilitados de certificar a qualidade do queijo que é exportado e, portanto, estavam a prejudicar a agricultura dessas ilhas.

Por outro lado, os Srs. Deputados estão a obrigar o Sr. Secretário Regional, muito urgentemente, a fazer aquilo que o PSD não fez no passado em S. Jorge, ou seja, fazer em todas as ilhas e em todas as fábricas dos Açores a classificação do leite,

para que amanhã os técnicos não sejam acusados de estarem a certificar um produto sem a devida responsabilidade.

Por outro lado ainda, e já realcei há pouco, há um apoio dum laboratório que, felizmente, funciona nesta Região.

A classificação do leite é importante, e já foi aqui dito por mim, mas não é condição para se fazer a certificação do queijo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se a classificação do leite fosse a resolução de todos os problemas da indústria dos lacticínios desta Região, estou convencido que não tínhamos problemas na Região, em relação a esta matéria.

Infelizmente há muitos problemas que não vai ser este Governo que os vai resolver, porque não há nenhum governo que os consiga resolver. Vamos resolvendo-os gradualmente.

A minha intervenção em relação a esta matéria é no sentido de estarmos todos atentos e darmos todos o nosso contributo no sentido de resolvermos os problemas à medida que eles vão surgindo.

Infelizmente, nos últimos meses, têm surgido publicamente alguns problemas em relação a esta matéria, que são preocupantes e temos todos que dar o nosso contributo no sentido de serem resolvidos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas:

Creio que a sua resposta foi claramente a de quem procurou fugir por baixo.

Deputado Mark Marques (PSD): Engenharia linguística.

O Orador: O Sr. Secretário tem que reconhecer que se excedeu na argumentação.

Usa gratuitamente esta vontade de acusar o PSD por tudo e por nada, sem nunca assumir, num exercício de humildade, as responsabilidades, as deficiências e, eventualmente, as irregularidades da acção governativa.

É sempre possível qualquer governo ter irregularidades, como também é justo e adequado que qualquer parlamentar tenha o direito estatutário e legal de requerer o que quer que seja ao Governo Regional, sendo obrigação deste responder.

Vir dizer que surgiram uma série de queixas em Bruxelas contra a Região, contra o Governo Regional e que as mesmas foram apresentadas pelo PSD, sem depois ter uma única prova, sem concretizar coisa nenhuma, não é debate político, é politiquice Sr. Secretário, porque o debate político, apesar de ter uma certa liberalidade, não pode ser o jogo do vale tudo.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Não pode, por razões de ética política, acusar tudo e todos sem concretizar uma única acusação, sem provar o que quer que seja.

Sr. Secretário Regional, nós não estamos perante um fórum jurisdicional. Estamos perante um órgão político onde as regras do debate têm obediência a critérios de ética e de responsabilidade.

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Portanto, é preciso que no futuro, e sobretudo a partir de agora até ao acto eleitoral, não entre nesse tipo de exercício, porque não lhe fica bem, não fica bem ao político em geral e muito menos aos que têm formação jurídica.

Ou o Sr. Secretário persiste em imputar factos e responsabilidades ao PSD e apresenta as provas, ou então não procure disfarçar as suas dificuldades com acusações ao PSD.

O senhor tem que reconhecer que os seus exercícios políticos por dedução e/ou intuição, não são suficientes para formular uma acusação como esta.

Eu venho repudiar este tipo de acção política, este tipo de declarações e de acusações.

Eu acatarei humildemente, se o Sr. Secretário conseguir provar, uma dessas acusações que fez.

Mas se da sua parte não houver uma prova daquilo que afirmou, o senhor tem que reconhecer humildemente que se excedeu no calor do debate ao formular estas acusações ao PSD.

Faça esse exercício, fica-lhe bem!

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para esclarecer e dar resposta à questão muito concreta que o Sr. Deputado António Gomes me colocou.

Antes, porém, gostaria de referir que, em relação a esta questão da classificação do leite, os Açores foram pioneiros no estabelecimento do serviço de classificação do leite.

No Continente ainda hoje cada fábrica faz a sua classificação e não há um sistema uniforme de classificação de leite, embora haja diplomas legais que estabelecem as normas da classificação.

Eu recordo-me, porque já cá estava nos Açores, que a classificação do leite começa em S. Miguel e é muito mal aceite, como o Sr. Secretário deve saber, e naquela altura os lavradores de Ponta Garça e mais uns grupos entraram no edifício sede da classificação do leite e destruíram secretárias e laboratórios e tudo isto porque a classificação de leite começou a mexer no bolso dos produtores, começou a impor regras de higiene e qualidade, que teve um papel benéfico e que foi evoluindo.

Gostaria de dizer ao Sr. Deputado que quando falo, com este calor, nestas questões, é porque tive responsabilidades directas em tudo isto e quando assumo a presidência do IAMA em 1990, a minha primeira preocupação foi começar a estender a classificação do leite a todas as outras ilhas, mas nessa altura estabeleceu-se um novo sistema de classificação de leite, sistema por pontos. Foi preciso criar comissões, mas os técnicos não abundavam e foi preciso arranjar um corpo técnico que se preocupasse com estas questões e que estudasse estes assuntos.

Demos os primeiros passos para estender a classificação do leite às outras ilhas, mas entretanto chegámos a 1996 e isso ainda não tinha sido feito.

Foi por isso que tive oportunidade de dizer que mal estaríamos se este Governo não tivesse dado continuidade a esse trabalho e se ainda não tivéssemos a classificação em S. Jorge e, sobretudo, nas principais ilhas leiteiras que são, de facto, importantes. Quanto à certificação do queijo de S. Jorge, e se não foi um erro ter-se começado pela certificação antes da classificação do leite, eu diria que uma coisa não tem nada a ver com a outra.

Quando falamos da certificação de um produto, nós estamos a reconhecer um determinado tipo e um conjunto de características que o identificam no mercado como um produto diferente, que tem que ser produzido de acordo com regras de produção e de colocação de mercado, que são estabelecidas num caderno de especificações técnicas.

Deputado António Gomes (PS): E a qualidade não interessa?

O Orador: Tudo isto foi feito, Sr. Deputado, mas quero dizer-lhe que o Queijo de S. Jorge já o era antes de haver qualquer classificação de leite. Isso é que é importante.

Portanto, nós tínhamos que certificar aquele produto que se chamava “Queijo de S. Jorge” e distingui-lo no mercado. Agora, outra questão completamente diferente é melhorar as condições higiénicas do leite para que o fabrico do queijo de S. Jorge esteja menos sujeito a riscos de contaminação que deteorem ou prejudiquem a sua qualidade e, portanto, as coisas têm que caminhar no mesmo sentido.

Vir dizer que foi um erro certificar o queijo de S. Jorge antes de se classificar o leite, eu discordo totalmente, porque nós podemos perfeitamente ter um produto certificado, aliás, isso passa-se com uma série de outros produtos alimentares como são os presuntos, enchidos e o próprio queijo da Serra que está certificado e não existe nenhuma classificação de leite de ovelha. Existe um controle higiénico na produção de leite de ovelha, mas não existe nenhuma classificação e, no entanto, o queijo da Serra é certificado.

Portanto, o importante era distinguir o produto no mercado de acordo com as suas características de genuinidade e dar-lhe, de facto, uma identificação que o distinguisse dos produtos similares e que pudesse ir buscar a mais valia a que ele

tem direito. Esse é o objectivo da certificação e não confundamos certificação com qualidade higiénica, que é importante, mas não façamos depender uma da outra.

Presidente: Eu tenho ainda quatro Srs. Deputados inscritos para esclarecimentos, mas faltam 6 minutos para as 18,00 horas. Como tinha ficado entendido na conferência de líderes iniciar o Período da Ordem do Dia às 18,00 horas e ainda temos que fazer um intervalo, pedia aos Srs. Deputados que fossem sucintos nos seus esclarecimentos.

Vamos avançar com os nossos trabalhos, dando a palavra ao Sr. Deputado Manuel Silveira.

Deputado Manuel Silveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu continuo na minha. Eu acho que é terrível, e não sei que adjectivação hei-de arranjar, ouvir dois médicos veterinários afirmarem que não é importante e não é imprescindível a classificação do leite para se classificar o produto final.

Era só isto que eu queria dizer.

Muito obrigado.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Não é classificar, é certificar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu voltava à questão, que julguei esclarecida, mas que o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro fez o favor de voltar a trazer o assunto à colação, para tirar uma frase da suas. Vou citar de cor e receio não ser tão fiel quanto desejaria, mas os Srs. Deputados aqui presentes naturalmente recordar-se-ão da sua expressão e disse mais ou menos assim: Se a actividade da queixa foi exercida dentro do âmbito da competência ou da actividade fiscalizadora do deputado, é uma actividade normal.

Portanto, Sr. Deputado, enfiar a carapuça mais do que isso, não há outro nome que lhe possa chamar.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): O quê? Eu quero é que me prove!

O Orador: De resto, Sr. Deputado, nós temos que distinguir o plano da legalidade, o plano do dever e também o plano da verdade, porque eu nunca disse que tinha sido os Srs. Deputados, mas o PSD.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O senhor diz o que lhe passa pela cabeça e depois não prova.

O Orador: O Sr. Deputado pensa que me assusta com essa ameaça. Prestar provas foi o que eu fiz durante 15 anos, durante a minha actividade. Eu já me livreii disso e estou bem satisfeito por fazer aquilo que estou fazendo e não estou agora nessa onda, estou noutra. Estou a exercer, e espero que bem, tanto quanto sei todas as minhas capacidades para o exercício da actividade política e não estou nessa onda.

Esperava também que o PSD tivesse tirado todas as ilações daquilo que eu disse e se não tirou da primeira vez, espero que tire agora.

Nós estamos no âmbito dum órgão político e não de um órgão jurisdicional.

Aqui não me apanham a tratar desse outro assunto, mas ele não está esquecido, Srs. Deputados, e a seu tempo os senhores terão as provas e todos os factos que levarão à conclusão daquilo que eu estou a afirmar.

Portanto, esperem para ver e verão aquilo que fizeram durante este mandato e vão ter uma conclusão muito engraçada.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Quem é que está agora a ameaçar?!

Deputado Mark Marques (PSD): Olhe o dedo ameaçador!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Nós vamos esperar sentados.

O Orador: Esperem sentados que estão muito bem nessas cadeiras tão confortáveis quanto a vossa necessidade de descanso.

Voltando à certificação, e para finalizar, eu também não sou drástico ao ponto de achar, e compreendo a posição do Sr. Deputado Sequeira de Medeiros, que aquilo que era o ideal era que o produto fosse classificado e depois certificado, principalmente tratando-se de leite cru e o exemplo que temos dos dois queijos certificados são precisamente os dois de leite cru, que temos muito mais problemas, como sabe, ao nível da cura.

Presidente: Sr. Secretário, agradecia que fosse concluindo.

O Orador: Como sempre, Sr. Presidente, vou respeitar a sua orientação.

Finalizo dizendo que se não for nesta legislatura, Sr. Deputado, na próxima havemos de tratar da classificação do leite de todas as ilhas dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Devo confessar que estranhei a intervenção do Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, sobretudo no tom ofendido com que a preferiu...

Deputado Duarte Freitas (PSD): O senhor é que costuma fazer esse papel aqui.

O Orador: ... como se em relação a esta matéria o PSD estivesse limpo e impeluto de qualquer mancha, limpo de qualquer sombra de dúvida em relação à defesa zelosa dos interesses da Região. Efectivamente não está e o mais grave não é o facto de não estar, o mais grave é o facto do Sr. Deputado José Manuel Bolieiro saber que o PSD não está e mesmo assim ter-se levantado e ter feito a intervenção que fez, o que lhe retira toda e qualquer credibilidade, porque se arvorou em porta-voz, o que me parece que efectivamente é, do PSD, retirando também credibilidade ao PSD.

(Risos do Sr. Deputado José Manuel Bolieiro)

Ria-se Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado João Cunha (PSD): Isto mesmo não dá senão para rir.

O Orador: Concluo a minha intervenção, fazendo uma recomendação ao Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

O Sr. Deputado vá à internet ao site do Parlamento Europeu e consulte os requerimentos e as perguntas que foram feitas à Comissão Europeia quando a Região atravessava um período difícil em 1999/2000 a propósito das quotas leiteiras e começando por aí, mas não acabando aí, como disse o Sr. Secretário, o senhor vai começar a encontrar o fio da meada duma postura do PSD que, aos mais variados níveis, coloca primeiro o objectivo de levantar dificuldades a este Governo do que defender os interesses dos Açores.

O senhor sabe do que é que eu estou falando. Sabe que eu estou falando de requerimentos e perguntas à Comissão Europeia feitas pelo então Deputado Carlos Costa Neves e pelo Deputado Arlindo Cunha, perguntas que, mais do que perguntas, eram acusações, eram queixas, eram chamadas de atenção: “Vejam, vejam, olhem o que está acontecendo nos Açores”, quase dizendo: “então a Comissão não se mexe, não pune a Região”. Começa aí, mas não acaba aí. Portanto, se os senhores queriam provas, elas começam por aqui.

Os senhores têm internet, os senhores têm papel para imprimir os requerimentos.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Nós também temos facturas de caixas.

O Orador: Vão lá, consultem e vão ver que começa aí a meada do exemplo do novelo muito triste de comportamentos do PSD/Açores e que ainda hoje continua, de colocar a questão mesquinha de levantar problemas ao Governo Regional, de dificultar a vida aos açorianos e tentar destruir uma obra que, em última instância, é em defesa de todos. A provas vão começar por aí e mais adiante haverão mais.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro

(Voz inaudível do Sr. Deputado Vasco Cordeiro)

Presidente: Sr. Deputado, eu antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Manuel Silveira disse que tinha quatro Srs. Deputados inscritos para esclarecimentos e que ia terminar os trabalhos por forma a que todos usassem da palavra.

Assim sendo eu dou a palavra ao Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, encerrando de seguida e amanhã continuaremos o debate.

Para interpelar a mesa tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer, Sr. Presidente, que não é esse o entendimento do Grupo Parlamentar do PS. Nós amanhã temos um período reservado para tratamento de assuntos antes da ordem do dia e esta discussão insere-se perfeitamente nesse assunto.

O Sr. Presidente quando dá a palavra ao Sr. Deputado já dá fora do período regimental.

Deputado Duarte Freitas (PSD): O Sr. Presidente disse que tinha quatro inscrições. O senhor não ouviu?

Presidente: Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o senhor estava no uso da sua palavra já tinha ultrapassado as 18,00 horas e eu não quis interromper a sua intervenção. É exactamente nesse sentido que dou agora a palavra ao Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, pedindo que ele fosse muito sucinto, como, aliás, eu referi há momentos.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários Regionais:

A intervenção do Sr. Secretário Regional, que afinal não apresentou qualquer prova nem fez o tal exercício de humildade que lhe recomendei, e a intervenção do Deputado Vasco Cordeiro que estranhou o meu tom, vêm revelar a incomodidade com que o Partido Socialista e o Governo Regional ficaram neste debate e nesta acusação gratuita apresentada pelo Sr. Secretário Regional.

A verdade, Sr. Secretário, é que o senhor fez acusações, generalizou, não formulou uma concreta acusação e não apresentou uma única prova.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Isto não é um tribunal, Sr. Deputado.

O Orador: O Sr. Deputado Vasco Cordeiro veio, em jeito de defesa da dama, procurar encontrar uma saída para a situação difícil do Sr. Secretário.

Devo dizer, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que a acusação sem provas foi formulada pelo Sr. Secretário Regional.

A atenção, e desde logo o critério que compete ao Partido Social Democrata e aos seus representantes em matéria de fiscalização da acção governativa, não depende dos seus receios nem da sua vontade para o exercício de fiscalização.

Qual é o medo?

Têm problemas em cometer alguma ilegalidade e não querem que ninguém saiba?

Não! Se há transparência não há que ter qualquer receio quanto ao exercício da acção governativa.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Se quer fazer um debate alargado em matéria de acção governativa e defesa dos interesses dos Açores, já tivemos oportunidade de dizer aquilo que devia ter sido feito pelo Governo Regional e pelo Governo da República do Partido Socialista, quando tratou mal a questão das quotas leiteiras, do açúcar, da Sinaga, ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Os senhores queriam provas e eu apresentei-as!

O Orador: O Sr. Deputado não apresentou prova nenhuma, procurou foi afastar o debate daquilo que foi referido pelo Sr. Secretário. O senhor não teve um ponto para, em achega ao Sr. Secretário, dizer que o PSD apresentou essa queixa que referiu.

Não disse nada!

O exercício dos Deputados ao Parlamento Europeu não tinha nada a ver com esta questão, mas foi bem feito, porque o fizeram na defesa dos interesses da Região e na denúncia da má defesa que o Governo Regional fez daquilo que era o interesse regional. Foi isso que falhou e o senhor não quer aceitar a incompetência por parte do Governo Regional e do então Governo da República.

(Aplausos da bancada do PSD)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Com essa é que eu não contava.

Presidente: Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de 15 minutos.

(Eram 18 horas e 05 minutos)

(Neste momento o Senhor Presidente da Assembleia reassume as suas funções na Mesa).

Presidente: Srs. Deputados, vamos prosseguir com os nossos trabalhos, passando ao Período da Ordem do Dia que tem como primeiro ponto o **Projecto de Decreto Legislativo Regional – “Alteração da denominação da Freguesia de Matriz no Concelho de Ponta Delgada”**, apresentado pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Humberto Melo.

Deputado Humberto Melo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Estamos perante um diploma que tem apenas um artigo e que tem como objecto a mudança do nome da actual Freguesia de Matriz para Freguesia de S. Sebastião, Ponta Delgada.

É uma aspiração antiga, aliás, corresponde ao seu nome histórico, porque antes de Ponta Delgada ser elevada a Vila, já era esse o seu nome.

A própria Junta de Freguesia encomendou um trabalho histórico ao escritor, historiador e investigador Manuel Ferreira. Na sequência desse trabalho a Assembleia de Freguesia deliberou por unanimidade a adopção do nome S. Sebastião. A Assembleia Municipal de Ponta Delgada também, por unanimidade, assim o entendeu e agora cabe ao Parlamento Açoriano proceder, por Decreto Legislativo, a essa alteração.

O Partido Social Democrata cumprindo e correspondendo a esse desejo manifestado, quer pela Assembleia de Freguesia, quer pela Assembleia Municipal, apresentou esta iniciativa que baixou à Comissão e tem o respectivo parecer.

Presidente: muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Campos.

Deputado Manuel Campos (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

É para, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, manifestarmos o nosso voto favorável.

De facto, habitualmente a Freguesia de S. Sebastião é conhecida como Freguesia de Matriz e continuará a sê-lo com certeza.

Nalgumas consultas que fizemos verificámos que num dia de 1896 a folha das sessões denominava a freguesia como sendo “Matriz” e no dia exactamente a seguir já lhe chamava “S. Sebastião”.

Não nos parece que este hábito se vá perder no tempo, mas de qualquer modo consideramos que é uma figura legítima que convém repor e parece-nos ainda, recuando no tempo, que em 1841 se denominaria “S. Sebastião de Ponta Delgada”, existindo também a freguesia de S. Sebastião dos Ginetes.

Admitimos como possível que o facto de ser uma freguesia denominada por “Matriz” posteriormente, possa ter a ver, eventualmente, com a distinção, mas isto pode ser pura especulação.

Portanto, é para manifestarmos o nosso voto favorável a esta pretensão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Nós vamos votar favoravelmente este Projecto de Decreto Legislativo Regional que dá o nome original à Freguesia da Matriz de Ponta Delgada que a partir de agora se chamará Freguesia de S. Sebastião.

Aliás, este fenómeno existe em várias freguesias na Região Autónoma dos Açores e em várias regiões do país em que no início foram dadas as denominações às freguesias, mas pelo facto dos templos religiosos construídos serem Matrizes, passaram a usar a terminologia de Matriz e que depois, em termos políticos, em determinada época, foram pura e simplesmente transformadas em Matriz, procurando esquecer o nome original.

Neste momento e em relação a Ponta Delgada procura e bem, em nosso entender, recuperar o nome original da freguesia.

Estamos convencidos que isso acontecerá em relação a outras freguesias da Região e concretamente aquela em que estamos neste momento, que foi a Freguesia de S. Salvador e que hoje toda a gente a conhece também por Freguesia da Matriz.

Portanto, nós pensamos que se deve respeitar esta tradição do nome original das diversas freguesias e por isso vamos votar favoravelmente a verdadeira designação da Freguesia de S. Sebastião de Ponta Delgada, uma vez que foi esse o desejo

daqueles que inicialmente constituíram esta freguesia e que pelo facto de existir uma Igreja Matriz, passaram a designá-la por Matriz.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As designações de freguesias e de ruas não devem, por princípio, ser alteradas, porque a designação ou um nome é a imagem de marca duma terra e é aquilo que é a referência principal.

Atendendo a que neste caso se trata de retomar a designação inicial, pois fará todo o sentido que tenha o nosso apoio e fará sentido que seja uma excepção a essa regra de que, por princípio, não se deve alterar as designações que estão já incutidas naquilo que é o dia a dia do nosso povo.

De facto a Freguesia da Matriz, como é conhecida popularmente até agora, passou a ter essa designação por um elemento fundamental que tinha a ver com o prestígio que o povo sentia nessa altura quando passou a ter a sua Matriz e deixou de estar unicamente sujeito à Matriz de S. Miguel Arcanjo, freguesia que sempre teve o nome de S. Miguel, independentemente de ter tido a única Matriz desde o início do povoamento, teve um elemento para essa alteração.

Portanto, como S. Sebastião era a designação inicial e, aliás, a paróquia também toma esse nome e popularmente, para além de Matriz, as pessoas continuam a designar por Matriz de S. Sebastião, damos o nosso voto favorável.

Aliás, também foi dito que outras houve que tiveram essa designação, nomeadamente S. Sebastião dos Ginetes ou até a Vila de S. Sebastião e que também apoiaremos.

Presidente: Não há mais intervenções, vamos passar à votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam com este Projecto, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Projecto foi aprovado, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Passamos à especialidade. Este diploma tem um artigo único que vou pôr à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com este artigo, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com a alteração da denominação da Freguesia de Matriz para S. Sebastião, em Ponta Delgada, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Em votação final global o Projecto de Decreto Legislativo Regional, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Sistema Portuário Regional”**.

Para apresentar o diploma, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Decreto Legislativo Regional que vem hoje a esta Assembleia, no meu entender, é uma proposta extremamente importante, porque abrange um sector fundamental para o desenvolvimento económico da nossa Região.

A realidade é que as Juntas Autónomas tinham uma legislação que vem ainda do tempo do Estado Novo, mais concretamente de 1926, como está descrito no preâmbulo do Projecto de Decreto Legislativo Regional.

O funcionamento das Juntas Autónomas apresentava características ainda dum Estado corporativo em que estavam representados na grande Junta os representantes do comércio, dos armadores, das pescas, etc..

As Juntas Autónomas, em termos de autonomia, tinham relativamente pouco, ou seja, qualquer investimento que superasse, por exemplo, os 200 mil euros tinha que vir à tutela para ser despachado.

Para além disso o regime jurídico das Junta Autónomas, a nível nacional, tinha-se modificado, tendo progressivamente sido transformadas em Administrações Portuárias. Foi o que aconteceu com os portos do Douro, Leixões, Aveiro, Lisboa, Setúbal, Sesimbra e Sines. O mesmo também ocorreu na Madeira em 1999.

A Região Autónoma dos Açores não podia ficar indiferente a todo este processo, tanto mais que a legislação que se aplicava às Administrações Portuárias só com alguma dificuldade se poderia aplicar às Juntas Autónomas.

Portanto, havia obrigatoriamente uma necessidade de actualizar o regime jurídico de funcionamento das Juntas Autónomas e fazer escolhas. Podíamos ter optado, na Região Autónoma dos Açores, por um Instituto Portuário, mas optámos por Administrações Portuárias, criando também na Região Autónoma dos Açores, como sucedâneo das três Juntas Autónomas, três Administrações Portuárias e criando também uma super estrutura, chamada Sociedade Gestora de Participações.

Nós percebemos perfeitamente que a estrutura actual das Juntas Autónomas, ao passarem para Administrações Portuárias, deve continuar na sua estrutura actual, em termos de jurisdição, ou seja, a Junta Autónoma de Ponta Delgada será, nesta proposta, transformada em Sociedade Anónima de Administração dos Portos das Ilhas S. Miguel e Santa Maria; a Junta Autónoma de Angra do Heroísmo será transformada em Sociedade Anónima de Administração dos Portos das Ilhas Terceira e Graciosa; no caso da Junta Autónoma da Horta será transformada em Sociedade Anónima de Administração dos Portos das Ilhas do Triângulo e das Ilhas do Grupo Ocidental.

Achamos isto importante, porque há já uma experiência no passado, há conhecimento acumulado ao longo de muitos anos e nós, na Região Autónoma dos Açores, não achamos bem que haja uma só administração para gerir os portos dos Açores.

Reconheço a dificuldade que já existe actualmente, por exemplo, na Junta Autónoma da Horta, em saber o que acontece, quando há mau tempo, no Porto da Casa, no Porto das Lajes, no Porto de Santa Cruz das Flores, no Porto das Lajes do Pico, no Porto da Calheta ou no Porto das Velas e seria praticamente impossível de gerir, se houvesse uma só entidade a gerir todos os portos comerciais da Região Autónoma dos Açores.

Considero, porém, importante não perder a sinergia que existe em trabalharmos em conjunto. Essa sinergia tem sido feito através da Secretaria Regional da Economia e através da Direcção Regional dos Transportes e Comunicações que, ao receber os

pedidos das diversas Juntas Autónomas, tenta concertar posições, tenta fazer com que, por exemplo, a Junta Autónoma da Horta avance com um concurso para a compra de um rebocador juntamente com a Junta Autónoma de Angra do Heroísmo ou que a Junta Autónoma de Ponta Delgada avance para a compra duma grua juntamente com a de Angra do Heroísmo, etc..

Mas, como não estamos em contacto diariamente com as Juntas Autónomas, por vezes escapa-nos algo que nos parece que é fundamental que deve ser feito diariamente, ou seja, uma gestão integrada da fileira portuária regional, gestão essa que tem a ver com serviços, com aquisição de equipamentos, em encontrar formas mais favoráveis de financiamento. Todos nós sabemos que todos os portos em conjunto têm muito mais possibilidades de encontrar financiamento mais favorável junto da banca para fazerem os seus investimentos.

Foi tendo isto em atenção que a realidade actual é fundamental ser mantida, que deve haver uma coordenação dos portos na Região Autónoma dos Açores para que estes possam ir lentamente uniformizando critérios, porque os portos da Região não são concorrenciais entre si, ou seja, o que vai para S. Miguel não vai para a Terceira ou para o Faial e não estamos a disputar um mercado de mercadorias, porque somos nove ilhas.

Achamos por bem e importante que haja uma estrutura que permita uniformizar critérios em termos de proposta, por exemplo, de tarifário, de metodologias, de manutenção de equipamentos, de compra de equipamentos em conjunto, de aquisição de serviços em conjunto por forma a facilitar a gestão portuária.

Basicamente é dar autonomia real àquilo que existe como Juntas Autónomas, transformando-as em Administrações Portuárias e criar uma estrutura que a una, que as integre e que permita, a quem vem de fora, reconhecer que se está num porto da Região Autónoma dos Açores, sobre a jurisdição daquela administração portuária, mas que tem regras de funcionamento que são semelhantes àquele outro porto que está noutra ilha, mas que está na mesma Região.

Portanto, nós só temos vantagens em que esta parte seja refeita duma forma técnica. A orientação política será sempre dada através do Governo Regional, através duma

nomeação ou através do representante na Assembleia Geral destas diversas Sociedades Anónimas.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Melo Alves.

Deputado Nuno Melo Alves (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Começemos por alguns factos, inegáveis e objectivos. A actual organização do sistema portuário regional, está desajustada das realidades actuais e não consegue dar a resposta adequada aos desafios que a política regional de transportes encara. As comunicações assumem, numa Região como a nossa, uma importância incomparável com outras zonas de Portugal, fruto do concurso das condições de ultra-periferia e dispersão geográfica do nosso arquipélago, especificidades essas que, sem dúvida, são mais que suficientes para justificar tratar-se de matéria de interesse específico.

No actual sistema de organização portuária, a autonomia das Juntas Autónomas é limitada. O modelo de financiamento dos investimentos portuários está desajustado das necessidades, impedindo o recurso a fundos através dos diferentes mecanismos dos mercados financeiros. O modelo de gestão e organização também não corresponde aos mais recentes e modernos mecanismos possíveis para actividades empresariais de cariz público.

São estes alguns dos aspectos que levaram o Governo Regional a propor a esta Assembleia a alteração do sistema portuário regional. E, reconhecidamente, são aspectos, entre outros, que carecem de alteração. Lamentavelmente, a proposta apresentada pelo Governo Regional, não é a resposta clara que se esperaria para um sistema com esta complexidade e importância.

De facto, esta proposta do Governo Regional revela pouca inovação, sendo quase toda decalcada do modelo nacional de gestão portuária. Aliás, o Governo Regional faz gala disso, afirmando no preâmbulo que alguns dos mais importantes portos nacionais são geridos segundo um modelo muito próximo daquele que pretende adoptar, tal como na Região Autónoma da Madeira. Por outras palavras, ao decalcar o modelo regional do nacional e do madeirense, a Região Autónoma esquece-se

daquele que é o mais importante fundamento para a nossa Autonomia: as especificidades regionais. Especificidades essas bem patentes na nossa sociedade, na organização política e económica e, naturalmente, com reflexos profundos ao nível da organização, gestão e administração pública e privada na Região. Consequentemente, também com reflexos no sistema portuário regional, que carecem da respectiva correspondência no quadro legislativo.

Naquilo, em que de facto a proposta é inovadora face aos normativos nacionais e madeirenses, e como refere a Comissão, é na SGPS, e antes não o fosse.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

É claro para nós que o modelo proposto pelo Governo Regional foi apressadamente apresentado e mais apressadamente discutido, em sede de Comissão. Não foram ouvidas entidades relacionadas com as actividades em causa, que, por exemplo, presentemente integram a dita Junta Grande ou que na proposta do Governo Regional integrarão o Conselho Portuário. Nem as câmaras municipais, que pela prática do actual modelo têm sido eleitas para a presidência das juntas e comissões administrativas, foram ouvidas e não para que pudessem manifestar qualquer discordância, por passarem de membros das juntas a consultores, mas porque, tendo presidido a juntas e comissões administrativas ao longo destes anos, certamente das suas experiências poderiam resultar contributos válidos para a Comissão, e por isso, para a discussão deste projecto. Aliás, em relação ao relatório, permitam-me transmitir ao Sr. Deputado, Presidente da Comissão, que este assenta em conclusões desajustadas, indícios tendenciosamente interpretados e formulação ferida de erros.

Uma matéria com a complexidade e relevância desta exigia, da parte do Governo Regional, a devida ponderação e reflexão. Acrescida ponderação e reflexão que também eram exigidas à Comissão.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

O CDS/Partido Popular, por acreditar na iniciativa privada, encara com natural satisfação medidas cujo propósito seja racionalizar e aproximar os modelos de gestão das entidades e empresas públicas aos modelos de gestão privada. Contudo, temos a plena consciência que, por limitações inerentes às especificidades da Região, os mercados nem sempre funcionam em pleno, e nem sempre conseguem

encontrar soluções possíveis noutros mercados. A componente social de entidades públicas ganha assim especial relevância na nossa Região.

É por isso, impossível, embora fosse desejável, aplicar plenamente as soluções e práticas normais de mercados cuja massa crítica é suficiente para serem concorrenciais e dinâmicos. Muito provavelmente, mesmo a médio e longo prazo, apenas uma das administrações portuárias terá capacidade para ser rendível ou, pelo menos, para não dar prejuízo. É louvável a preocupação que, neste domínio, se apoderou do Governo Regional, de racionalizar e procurar soluções tipo empresariais. É pena que noutros domínios, alguns com mais probabilidade de sucesso, também assim não seja. Infelizmente, talvez por ideologicamente ser adverso a confiar nas soluções de mercado, parece que o Governo Regional quer implementá-las nos sistemas onde têm mais hipótese de fracasso ou onde podem servir para encapotar outros problemas, tais como fugir ao controlo dos limites ao endividamento do sector público e para esconder outras insuficiências governativas, como foi o caso da Sociedade Anónima para a Reconstrução.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

No plano político esta proposta parece-nos desajustada, porque desde logo nega aquilo que a fundamenta: a especificidade regional e o modelo autonómico. Por um lado, por ser um modelo muito próximo do aplicado no Continente e na Madeira, pelo menos de acordo com o que afirma o Governo Regional na proposta e no qual é logo secundado pela Comissão de Economia. Por outro, porque é um modelo centralizador, factor este que, por si só, contraria a substância que sustenta a Autonomia dos Açores como instrumento político para o desenvolvimento Regional. Os objectivos de uma pseudo-racionalização não devem sobrepor-se aos princípios que justificam a autonomia das diferentes administrações portuárias, transformando a gestão dos portos nos Açores numa solução tipo EDA, em que há uma direcção central e delegados nas diferentes administrações portuárias. O modelo de gestão é decalcado do nacional; a autonomia de cada administração portuária é ainda mais reduzida; pouco falta para se racionalizar ao máximo, passando os encargos e as responsabilidades para o Terreiro do Paço ou para São Bento. Tudo por força de uma racionalização mais desejada que concretizada com a proposta. Como é referido

no preâmbulo, a gestão dos portos “tem que se pautar pela prossecução de objectivos de carácter empresarial, sem perder de vista a prestação de serviço público”. Só que o articulado proposto não dá corpo a esta última preocupação.

Mais grave. Os princípios que justificam a autonomia das diferentes administrações portuárias são os mesmos que justificam e fundamentam a autonomia regional, nesta e noutras matérias.

Tal centralização parece-nos por isso, estranha.

Numa Região tão dispersa como a nossa, com ritmos e níveis de desenvolvimento económicos tão díspares, seria de incentivar medidas descentralizadoras, à semelhança do que se faz com a repartição das diversas formas de poder autónomico pela Região. Esta proposta vai no sentido oposto. E para que se proceda a uma mudança como a que se perfila, tem que existir um fundamento concreto, de genuíno interesse regional, e essa mudança tem que ser mais proporcionadora do desenvolvimento harmónico da Região, aspectos esses que não nos parecem estar devidamente acautelados.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Os aspectos que acabei de referir são de natureza estratégica. Estão intimamente relacionados com a concepção e definição de políticas e orientações. Mas mesmo restringindo a apreciação a considerações apenas relacionadas com o diploma, é notória a discrepância entre os propósitos anunciados no preâmbulo e a sua materialização no articulado.

Desde logo, porque enuncia-se no preâmbulo que as administrações portuárias serão dotadas de autonomia (e de acordo com a Comissão, “de uma maior e mais efectiva autonomia”). Porém, no articulado, restringe-se de imediato e de forma inequívoca a principal atribuição das Administrações Portuárias à coordenação das actividades. Não lhes compete a gestão; não lhes compete a administração, como o nome indica. A sua atribuição é a de coordenação.

Ao contrário, no articulado consuma-se a tal inovação, ao atribuir-se à empresa Portos dos Açores, SGPS, a gestão do sistema portuário, de uma forma clara e inequívoca. O facto de lá constar “gestão indirecta” é apenas um preceito formal, dado que sendo a SGPS proprietária das administrações portuárias, manda por

interposta pessoa colectiva. A centralização está consumada neste preceito, uma vez que, na prática, como se pode constatar em qualquer grupo de empresas encabeçado por uma SGPS, é indiferente, para efeitos de gestão, esta ser feita directa- ou indirectamente, sobretudo em estruturas com a dimensão destas.

Mais, alguns dos aspectos que efectivamente caracterizam a autonomia de gestão, numa área de prestação de serviços, como é o caso, nomeadamente a aplicação do regulamento de taxas e política de cobranças, funções contabilísticas, - cujo alcance é muito maior que apenas o registo formal e legal da actividade - , sendo também a base do sistema de informação à gestão, funções de back-office, como a gestão de pessoal e ainda funções estratégicas, como a política de investimentos, são todos canalizados para a esfera de competências da SGPS.

Se é compreensível alguma integração da política de investimentos, não o é em relação a aspectos de gestão, a não ser que se pretenda efectivamente centraliza-la.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Argumenta o Governo Regional com uma redução de custos, com a racionalização de encargos. Dificilmente isso acontecerá, até porque, o pessoal transita das Juntas Autónomas para as Sociedades Anónimas mantendo, como não pode deixar de ser, a mesma situação jurídico-profissional. No entanto, também em relação ao pessoal se inova em relação à actual estrutura: enquanto as Juntas funcionam com vogais eleitos “gratuitos”, na proposta do Governo Regional são criados até 14 cargos de administração, cujos encargos serão seguramente superiores aos das actuais comissões administrativas.

Refere o Governo Regional que o Conselho Portuário servirá para manter a necessária articulação com as demais entidades integrantes da comunidade portuária – e a Comissão mais uma vez reforça esta leitura, referindo-se até a uma “gestão participada”. Mas também aqui não bate a bota com a perdigota. No actual modelo, a Junta integra as entidades da comunidade portuária, numa gestão que é, apesar de tudo, muito mais participada do que no modelo proposto pelo Governo Regional. Mais participada, pelo leque de atribuições e competências da Junta; mais participada porque a comunidade não é enviesada por representantes de estruturas do Governo Regional que, na prática, serão no Conselho Portuário mais um mecanismo

para centralizar a gestão e reduzir a autonomia das Administrações Portuárias. O número de membros do Conselho Portuário nomeados pelo Governo Regional é de nove, constituindo desde logo uma maioria relativa. Por contraste, os representantes das actividades económicas e sociais, que são os principais representantes dos destinatários desta proposta de diploma, terão no máximo cinco representantes, tendo já em conta as alterações propostas pela Comissão, pois na proposta do Governo Regional eram ainda menos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

O Governo Regional propõe, e ainda por cima de forma encapotada, um sistema portuário centralizado. É verdade que existem alguns méritos nesta proposta, mas a filosofia subjacente, centralizadora, está tão desajustada da realidade regional como distante de ser um modelo com autonomia e participação local, ao nível da comunidade portuária. A proposta do Governo Regional cria um sistema mais fechado, mais isolado da comunidade e, sobretudo, mais distante, porque centralizado. Acresce que a dita inovação tão elogiada pela Comissão inverte o que seria lógica normal, das Administrações terem atribuições de gestão e a PA, SGPS, atribuições de coordenação. Não se conhecem fundamentos que justifiquem essa concentração de poderes e inversão de atribuições. Será que estão na calha alterações às políticas regionais de transportes, de acessibilidades e de gestão da logística regional, que justifiquem a concentração e centralização contidas no projecto de diploma? Tanto quanto sabemos, não.

Parece que efectivamente, a principal motivação desta proposta é a fuga ao controlo da despesa pública, através da criação de empresas de capitais públicos. Isto é manifestamente uma forma restritiva e desadequada de encarar a problemática dos transportes marítimos e actividade portuária na Região.

Algumas das preocupações por nós manifestadas podem ser minoradas com alterações ao diploma, alterações essas que iremos apresentar globalmente, e esclarecer melhor no debate da especialidade.

Globalmente, as alterações que propomos visam contrariar a tendência centralizadora da gestão, estabelecendo um relacionamento institucional adicional entre as Administrações Portuárias e a SGPS.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Uma proposta oriunda do órgão executivo regional tinha que atender melhor à realidade concreta regional e aos objectivos que visava obviar. A Autonomia é o instrumento para mudar, em virtude das especificidades regionais, mas pressupõe a capacidade de mudar para muito melhor.

O Governo desperdiçou esta oportunidade. A Assembleia ainda a pode aproveitar. Como oposição responsável, estamos a dar o nosso contributo para esse aproveitamento.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta de Decreto Legislativo Regional que estamos a apreciar deu entrada na Assembleia Legislativa Regional dos Açores no dia 4 de Abril deste ano e pretende redefinir a estrutura e organização do modelo de gestão portuária na Região autónoma dos Açores.

De facto a formulação existente até à data neste região carece de actualização, não só porque a sua génese remonta às décadas de 20 e 40 do século passado, mas também porque urge adequar o sistema portuário regional às novas realidades, utilizando conceitos e mecanismos que tem vindo a ser postos em pratica em todo o território nacional.

As soluções apresentadas, pelo corte que representam com o passado e pelo impacto que tem numa região insular e arquipelágica deviam, pois, ser analisadas com toda a calma e ponderação.

A imperatividade de actualização do modelo de gestão de um sector tão determinante para a Região obrigariam a uma análise o mais profunda e abrangente possível, até pelo histórico de outras tentativas de alterar a situação actual.

Infelizmente não foi esse o caminho escolhido pela maioria parlamentar.

Os pareceres escritos de algumas entidades não deveriam ter invalidado a auscultação de agentes ligados ao sector, tal como o PSD propôs em sede de Comissão Parlamentar.

Não foi possível ouvir os representantes dos comerciantes, as actuais Juntas Autónomas e outras contributos que poderiam ter ajudado a esclarecer e, eventualmente, a melhorar o diploma, tais como ouvindo as autoridades marítimas ou os operadores portuários.

Inclusivamente, tal como ouvimos o Senhor Secretário da Economia a dizer que o parecer escrito de uma entidade não condizia com as afirmações prestadas numa reunião, seria importante ouvir essa entidade e outras no sentido de ser esclarecida a sua posição bem como a de outros agentes mais directamente envolvidos.

Justificar, como fez o Secretário da Economia, as alterações agora propostas com objectivos eminentemente de matriz financeira, é reduzir a latitude que encerra esta problemática.

Por muito fortes que sejam essas razões, a reforma agora proposta tem de ser vista num quadro muito mais vasto que passa pelo impacto de mudanças que tem ver com o abastecimento de mercadorias a toda a Região Autónoma.

A regularidade do abastecimento, a qualidade, os meios, a segurança e os preços dos transportes marítimos tem consequências para todos e para cada um dos açorianos.

O sistema portuário regional, que gere as principais portas de entrada e saída de mercadorias dos Açores é um elemento crucial para toda a sociedade açoriana, pelo que a imperatividade da sua reformulação, não devia, antes pelo contrário, deixar de merecer a maior atenção e debate no sentido de garantir o maior consenso nesta reestruturação, como forma de maximizar a eficiência de tão importante vector para a economia e sociedade açoriana.

Não foi este o caminho escolhido, pelo que nos assiste o direito de considerar que o PS e o Governo reduziram um processo de mudança estrutural a uma mera questão instrumental para resolver problemas financeiros que, entretanto, o próprio Governo continua a negar contra todas as evidências e mais esta.

Aliás, vai sendo tempo de atentar às sucessivas formulas que o Governo tem implementado que configuram um trajecto de desparlamentarização, a nível político, e de desorçamentação, a nível das finanças publicas regionais.

Não podemos recusar novas formas de gerir os dinheiros públicos, que aduzam as vantagens do direito privado e da empresarialização à gestão e que permitam a antecipação ou a facilitação da capacidade de angariar recursos financeiros.

Contudo, como parlamentares, devemos preocupar-nos com a fiscalização da actividade governativa que se faz através de entidades de direito privado e com as consequências que, incontornavelmente, virão a nível das finanças publicas regionais.

Mais preocupante quando, como neste caso, o Secretário Regional da Economia faz dos argumentos de fuga aos condicionalismos do direito publico a razão principal de ser do conteúdo e da pressa – percebemos nós – de uma proposta que mexe com uma matéria tão determinante para os Açores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A transformação das actuais Juntas Autónomas em Sociedades Anónimas de capitais exclusivamente públicos não nos oferece razões de fundo de critica, mas gostaríamos de perceber melhor, por exemplo, quais os mecanismos de relacionamento entre as Administrações Portuárias Regionais sob égide das S.A.s , as autoridades marítimas, a tutela política e todo o sector envolvente.

Esta empresarialização e autonomização trará, pelo menos numa primeira fase e em alguns aspectos, certas zonas cinzentas que podem perturbar um processo que deveria ter sido mais debatido, dentro e fora desta Assembleia.

Quanto à Sociedade de Gestão de Participações Sociais temos mais algumas reservas já que esta sociedade deveria constituir-se como uma sede de concertação das Autoridades Portuárias e de potenciação de sinergias e não como mais um instrumento que pode vir a criar cargos, perdendo-se um espaço de dialogo e de aproveitamento de experiências e de economias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sob a capa da empresarialização e da autonomização, estamos - à pressa - a criar condições para uma centralização da gestão do Sistema Portuário Regional e para a

desparlamentarização das opções políticas neste sector, que necessariamente terão consequências e que inevitavelmente passarão por esta Assembleia.

Por estas razões, o Grupo Parlamentar do PSD vai abster-se na votação deste diploma, não por considerar desnecessária a reestruturação das autoridades portuárias, mas pelas fórmulas encontradas para fazer a gestão centralizada de todo o sistema e por entender que poderiam e deveriam ter sido efectuadas melhorias através de um maior amadurecimento e dialogo entre todos os agentes.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para mim uma satisfação imensa estarmos hoje aqui a discutir e irmos aprovar este diploma por várias ordens de razões:

Primeiro, porque isto é uma matéria que consta do Programa do Governo. Estamos a dar cumprimento, como é normal, a mais uma das questões do Programa do Governo, mas também porque já em Abril do ano passado trouxe esta matéria a esta Câmara que já nessa altura considerava importante rever, e penso que o Governo também, mas que entendeu ser agora o timing adequado para apresentar a proposta. Trata-se duma proposta fundamental para o sector.

De facto, o modelo de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos permite a conjugação de objectivos de carácter empresarial com as exigências de serviço público e corresponde também ao entendimento que, quer o País, quer a Comunidade Europeia, tem sobre a forma como estas matérias devem ser organizadas e como devem ser geridas.

Esta reorganização é imperiosa, sobretudo porque tem em conta as especificidades e as particularidades da nossa Região, dos nossos portos, do nosso tecido empresarial e das suas necessidades.

Lembro que o quadro legislativo a que estão sujeitas as Juntas Autónomas dos Portos é das décadas de 20 e de 40 e não se mostra ajustado às necessidades actuais do sistema portuário regional.

Até agora o regime financeiro das Juntas Autónomas continua a assentar na completa separação entre receitas e despesas, o que praticamente inviabiliza o financiamento de investimentos portuários, já que as despesas de capital só podem ser financiadas pelo excedente das receitas ordinárias, ficando desta forma condicionada a qualquer tipo de investimento.

Atendendo apenas e só a esta particularidade, sou levado a concluir que os oradores que me antecederam não perceberam o que é que estava aqui a ser discutido.

O enquadramento agora proposto para o sistema portuário regional não difere significativamente do Continente, do da Madeira ou do dos portos da Comunidade Europeia.

Não se trata de uma cópia, trata-se apenas de adaptar à Região aquilo que funciona e que tem funcionado com inúmeras vantagens a vários níveis, mas desde logo também para os operadores externos, para quem nos visita e para quem compra os serviços dos nossos portos, porque ficam sujeitos a regras que não são significativamente diferentes das regras que se aplicam nos portos do resto do País e nos portos da Comunidade Europeia.

A proposta para o sistema portuário regional só difere da do resto do País no que diz respeito à criação da sociedade gestora de participações sociais e ainda bem que assim acontece, porque esta sociedade vai permitir a gestão integrada da carteira de participações públicas do sistema portuário regional, que não pode ser anárquico, que não pode funcionar sob a tutela dum qualquer artista, numa qualquer ilha, seja ele qual for. Tem que funcionar directamente dependente do poder político, do decisor político, de quem vai a votos, de quem ganha e de quem define a política de transportes e a política portuária desta Região.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Isso é que é uma sociedade anónima?

O Orador: O modelo agora proposto permitirá também reduzir custos, aumentar os níveis de produtividade e eficiência e será também suficientemente flexível para permitir a privatização da prestação de alguns serviços, envolvendo vários agentes económicos.

Relativamente a esta proposta foram ouvidos os parceiros sociais, foram até ouvidos mais parceiros sociais do que aqueles que a lei efectivamente exigia e o que incomoda algumas pessoas é que os pareceres desses parceiros sociais são todos favoráveis à criação deste sistema de gestão dos portos regionais.

O modelo não é, de modo algum, um modelo centralizador e só quem desconhece na totalidade o actual modelo de funcionamento das Juntas Autónomas dos Portos da Região Autónoma dos Açores é que poderá dizer que se trata de um modelo centralizador.

Este projecto também não chegou aqui à pressa, chegou depois de todo o percurso que fez, nomeadamente depois de todas as audições, de todos pareceres dos parceiros e de todas as entidades envolvidas.

Gostava também de lembrar ao Sr. Deputado Duarte Freitas que isto não tem nada a ver com o abastecimento da Região. Este modelo tem a ver com a gestão de meios que a Região possui, que deve tentar racionalizar e melhorar e, portanto, são coisas completamente diferentes, com enquadramentos diferentes.

Este modelo vai também contribuir, como este Governo e o da legislatura anterior já contribuíram, para que o abastecimento à Região se faça em moldes racionais, em moldes que sirvam todas as ilhas e vai contribuir para que, nós açorianos, possamos também entrar com a nossa quota de esforço, racionalizando o máximo possível para que o nível de fretes, o nível de toques, o nível de escalas e actualidade, no abastecimento às diferentes ilhas, se mantenha.

Gostava ainda de lembrar que isto não tem nada a ver com a autoridade marítima. A autoridade marítima é uma coisa e a autoridade portuária, sistema de transportes, portes e operacionalização de portos, são coisas completamente diferentes e não convém misturá-las.

Este diploma é, de facto, muito importante e fundamental para a Região. É um diploma que está bem estruturado, não é centralizador, atende às especificidades da

Região, responde àquilo que nós necessitamos e tem parecer favorável de todos os parceiros sociais.

É com alguma mágoa que ouvi alguns argumentos que apontavam em sentido contrário. Sinceramente não gostei.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota para uma intervenção.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Venho a esta tribuna, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, para, com seriedade, apresentar e fundamentar a posição que temos sobre as soluções propostas para o Sistema Portuário Regional.

Antes porém de entrar com maior profundidade na matéria será importante lembrar que em diferentes momentos históricos e políticos regionais houve intenção governativa de alterar a estrutura de gestão portuária existente, sem que se tivesse encontrado no plano social, económico e político um grau de consenso suficiente. Tal situação motivou que a actual estrutura constituída pelas três Juntas Autónomas dos Portos, se fosse mantendo, não tanto por mérito próprio, mas principalmente por impossibilidade de se encontrarem soluções alternativas com uma base política regional convicta.

Estamos neste momento a debater uma proposta do Governo Regional, que independentemente das votações que possa vir a receber, está à partida marcada pelo facto de ter sido insuficientemente debatida, quer tomando como referência a complexidade múltipla da matéria, quer tomando como referência às várias opções que podiam e deviam ter sido, do ponto de vista social e institucional, devida e profundamente ponderadas.

A matéria em causa merece e obriga a pareceres que foram dados, mas exigiria também os debates e audições diversas que foram evitados pela maioria.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: A matéria em causa mereceria, como parece ter tido, o concurso de empresas especializadas, mas mereceria, necessariamente, como de certeza não teve, o debate político e as audições que apenas foram, por vontade da maioria, simplesmente aflorados.

A matéria em causa justifica as duas ou três simples afirmações gerais que a maioria entendeu pôr no Relatório da Comissão de Economia sobre as características da proposta, mas exigiria a nosso ver que a Comissão não se poupasse em caracterizar, em Relatório porventura longo e sustentado com variadas e abalizadas opiniões, aquilo que é a nossa realidade portuária onde coexistem grandes portos, portos grandes e pequenos portos, uns com condições, outros sem elas, algum com capacidade de autosustentação, muitos sem possibilidade de a ter, mas todos eles com uma importância decisiva para a vida de todos e de cada um dos Açorianos de todas e de cada uma das ilhas dos Açores.

Tal porém não aconteceu, porque a maioria assim o não quis, e a maioria assim o não quis porque o Governo que sustenta tem pressa em ver aprovado este modelo de gestão portuária.

Vamos em suma votar e decidir sobre uma matéria difícil e da maior importância para a vida regional, sem que se avalie, seguramente, se o modelo adoptado e se as regras escolhidas, são o modelo e as regras que melhor se adaptam às especificidades regionais, que nesta área, são óbvias e tem grande importância na vida regional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A legislação em vigor na Região e que dá suporte às Juntas Autónomas é antiga e em muitos aspectos desadequada ou desactualizada, mas se isto é verdade, também é verdade que tem permitido gerir os portos açorianos com alguma eficácia nomeadamente económica, uma vez que, neste momento, os nossos portos estão entre os de mais baixo custo para os utilizadores tendo como referência o conjunto dos portos nacionais. (O que aliás é motivo de orgulho para o Secretário Regional da Economia).

As Juntas Autónomas dos Portos conseguiram também ao longo da sua existência e **especialmente nos últimos anos um apreciável envolvimento das comunidades portuárias em todos os processos centrais da gestão, da operação e da concepção de obras com reflexo vivo na vida dos portos respectivos.**

As Juntas Autónomas não estiveram impedidas de liderar actos de gestão apropriados, como foram a criação das empresas mistas de operação portuária, a atribuição de concessões (embora nem sempre com bons resultados) ou a criação até de empresas em que participam para realização de determinados serviços específicos.

As Juntas Autónomas dos Portos, solidamente ligadas à tutela como a lei determina, tiveram e têm também, quer o papel de gestor de obras financiadas pelo Plano, quer o papel, noutros casos, do dono da obra concorrente a fundos comunitários e directamente responsável pelo financiamento da parte que lhes cabe.

Faço estas referências, hoje e aqui, porque é de fundamental importância saber-se se o novo modelo de gestão portuária que se quer adoptar dá ou não garantias de preservar as qualidades e os aspectos positivos daquela outra gestão que agora se acaba e que tem como reflexo principal o facto de hoje os nossos portos serem, no panorama nacional, os de mais baixo custo para o utilizador, o que é muito importante para a nossa vida económica regional.

Não basta dizer, sendo embora verdade, que as Juntas Autónomas eram demasiado antigas.

Não basta proclamar que as “Juntas Autónomas eram tudo menos autónomas”, como já foi e será certamente ainda hoje aqui repetido.

Não basta constatar que nem as Juntas Autónomas escaparam, ao longo do tempo, à doença comum na nossa democracia que é a “partidarite” no exercício do poder.

É preciso saber se as novas Sociedades Anónimas de Capitais Públicos serão capazes e até se serão vocacionadas para manter os graus de envolvimento e o tipo de relacionamento que a gestão portuária implica nestas ilhas dos Açores, com portos que nunca podem acabar, porque não há auto-estrada que lá chegue.

Se no território do Continente há muitos portos que existiam e que tendem a deixar de existir como portos comerciais, porque as estruturas comerciais, as redes

rodoviárias e ferroviárias vão fazer outro tipo de concentração, os portos existentes em cada uma das nove ilhas da nossa Região, por muito que queiramos, nunca poderão deixar de existir, porque não há alternativa.

Portanto, o modelo moderno e actual que é apropriado a muitos territórios, pode não ser, em todos os seus pontos, apropriado para o nosso território e à nossa especificidade.

É preciso perceber se a Sociedade Gestora de Participações existirá para coordenar, ou se é criada para centralizar.

É preciso saber se este modelo empresarial, tido como muito actual, é o fato que serve a uma Região onde a maioria das infraestruturas portuárias não tem nem terão condições para economicamente se bastarem a si próprias. É isto que nos separa das realidades de outros territórios continentais ou mesmo insulares com uma só ilha, mas não será por acaso que, como foi dito na Comissão pelo Sr. Secretário e eu constatei isso mesmo por outros elementos, hoje o porto do Funchal é o mais caro porto do País, porque talvez tenha levado este modelo até às últimas consequências.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ninguém dúvida que a legislação proposta está conforme as regras que regem, no plano nacional, as Sociedades Anónimas de Capitais Públicos.

O Grupo Parlamentar do PCP não concorda é com o facto de este modelo e forma de organização ser considerado de ânimo tão leve como o de adequado para a nossa realidade específica.

Atente-se desde logo ao facto de virmos a ter, tal como acontece hoje com as Juntas Autónomas, três sociedades anónimas de capitais públicos, que correspondem a realidades económicas, físicas e operacionais fortemente diferenciadas, como, aliás, o Sr. secretário há pouco evidenciou na sua intervenção.

Por cima dessa realidade diferenciada teremos uma Sociedade Gestora de Participações, apresentada como factor de racionalização, mas nada do que está previsto impede que possa ser factor de hegemonização desadequada, de centralização desajustada e o que se assim fosse, introduziria desequilíbrios inaceitáveis.

Até há bem pouco tempo, e um pouco por todas as bancadas deste Parlamento, havia claros defensores da substituição das Juntas Autónomas por três Administrações Portuárias que assumissem a forma de Instituto Público.

Nesse quadro, caberia à tutela exercida pelo Governo emitir as orientações que visassem uma coerência e a complementaridade possível da acção de 3 administrações que geririam realidades bem diferenciadas.

O Governo Regional porém resolveu de outro modo e a par das 3 Administrações Portuárias, com forma de Sociedade Anónima de Capitais Públicos, pretende criar uma SGPS para coordenar e orientar essas Administrações.

Não acreditamos, à partida, na eficácia deste modelo, porque não está demonstrado que se adegue à nossa realidade regional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O recurso a esta figura das Sociedades Anónimas de Capitais Públicos corresponde a uma opção política, que quando usada sistemática e extensivamente, visa desregular o sector público administrativo, visa tornear o controle da dívida pública e tem como consequência a diminuição do controle parlamentar sobre a actividade pública.

A desregulação do sector público administrativo revelar-se-á, a prazo, no regime de trabalho do pessoal, que passa a ser regulado pelas relações privadas de trabalho.

A fuga ao controle da dívida resulta do próprio quadro legal existente, que duvido que se mantenha por muitos anos desta forma, como está no nosso País, bem como a diminuição do controle parlamentar.

Mas, sendo tudo isto importante, é de fundamental importância reter a ideia de que o nosso sistema portuário, é composto por muitos portos que têm que existir necessariamente, independentemente da sua capacidade económica. Essa é que é a nossa realidade. Esta nossa realidade torna-nos diferentes. Esta nossa diferença tem que ser assumida e é por isso que não concordamos, à partida, com a proposta que está em discussão.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra, para prestar esclarecimentos, o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Presenciei com bastante interesse as intervenções dos diversos deputados das diversas bancadas, quase todas elas feitas por escrito, o que demonstra que as pessoas apresentaram argumentos que foram pensados e que foram estudados para trazerem a esta Assembleia.

Nas intervenções dos Srs. Deputados, José Decq Mota, Duarte Freitas e Nuno Melo Alves houve algo que necessita de ser devidamente esclarecido.

Esta proposta foi apresentada aqui, mas já está a ser trabalhada há cerca de um ano na Secretaria Regional da Economia, com diversas entidades, certamente com as actuais Juntas Autónomas, onde foram definidos os méritos e os deméritos das diversas opções que poderiam ser tomadas.

O Sr. Deputado Nuno Melo Alves não deve ter percebido que foram consultadas, para além de diversas entidades governamentais, nomeadamente a Caixa Geral de Aposentações, a Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores que deu o seu parecer e que foi acolhido nesta proposta, o Sindicato dos Capitães Oficiais, Pilotos, Comissários, Engenheiros e Oficiais do Mar da Marinha Mercante, Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações e Juntas Portuárias, a Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo, a Câmara de Comércio de Indústria de Ponta Delgada, a Câmara de Comércio da Horta.

A convite do Sr. Presidente da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, eu tive uma reunião...

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Mas isso foi o Governo, não foi a Assembleia.

O Orador: ... com o operador portuário da Junta Autónoma de Angra do Heroísmo onde se discutiu durante uma tarde todos os benefícios e os problemas que esta modificação da organização acarreta. Houve debate e houve um trabalho apurado.

É sempre possível aqui nesta Assembleia fazer correcções e estou aberto a elas, mas quero-vos dizer que este foi um trabalho feito com seriedade, com confronto de ideias, com todas as entidades que, no nosso entender, tinham a ver com este assunto.

Segundo aspecto que me parece extremamente importante realçar é em relação ao que foi dito de que nós não fomos inovadores. Bem, nós estamos num meio em que

as diversas organizações portuárias existem, têm influência nos sindicatos e por isso também vamos aprovar o estatuto de pessoal das Administrações Portuárias, o EPAP, porque ele existe, porque ele está publicado em legislação e precisa de ser aplicado à Região Autónoma dos Açores.

Portanto, nós não podemos inovar ao ponto de sairmos fora do contexto nacional e internacional sobre este assunto.

Não é por acaso que os portos principais do País evoluíram para Administrações Portuárias, incluindo o da Madeira.

Nós na Região Autónoma dos Açores temos, de facto, especificidades próprias e elas estão versadas neste diploma.

Primeiro bebemos a experiência acumulada do passado para passarmos as Juntas Autónomas a Administrações Portuárias. Não se procurou fazer um modelo centralizador de criar uma só Administração Portuária na Região Autónoma dos Açores, mas sim uma Administração Portuária por cada Junta Autónoma.

Se nós olharmos bem para a competência do Conselho de Administração de cada uma das Administrações Portuárias, podemos ver o seguinte: elaborar planos anuais e plurianuais das obras marítimas, terrestres e do equipamento de suporte, a submeter à aprovação da Assembleia Geral, elaborar o orçamento, elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Geral o relatório de gestão de contas, deliberar sobre a realização de empréstimos. Enfim, é um conjunto muito vasto de competências que demonstra claramente a autonomia das diversas Administrações Portuárias.

O que nós achamos que deve ser feito e que se pretende – e foi explicado claramente aquando da minha presença na Comissão de Economia – com a SGPS é a coordenação e a integração das diversas administrações portuárias, de forma que numa determinada administração portuária haja um determinado regime e noutra um regime e organização completa e totalmente diferentes.

Nós não podemos ter portos na Região Autónoma dos Açores de costas voltadas.

Nós vivemos todos na mesma região, precisamos de conviver e de ter uma gestão integrada dos nossos recursos, ou seja, se é possível adquirir equipamentos, se é possível adquirir serviços em conjunto, por que não o devemos fazer?

Acho que esta Sociedade Gestora de Participações é uma inovação adequada que vai permitir a coordenação das diversas administrações portuárias sem beliscar a autonomia que as mesmas administrações devem ter.

É na SGPS que certamente o poder político poderá influenciar opções. É certamente dentro da SGPS que serão discutidas as diversas opções tomadas dentro das administrações portuárias.

Cada administração terá a possibilidade e a capacidade de poder gerir os seus portos de forma autónoma, tendo sempre uma organização onde poderá comparar métodos, onde poderá aferir metodologias e tentar uniformizar procedimentos. Basicamente é esta a nossa filosofia.

Procuramos ser respeitadores da experiência e da história da Região Autónoma dos Açores. Procurámos evoluir para uma organização que está em consonância com as organizações portuárias nacionais e europeias. Foi este o nosso propósito.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Nuno Melo Alves:

O Sr. Deputado referiu que não tinha havido diálogo, que não se tinha ouvido os parceiros, referindo-se à Comissão de Economia, Eu gostava de lembrar ao Sr. Deputado que o senhor integra o Grupo Parlamentar dum partido que abandonou a Comissão de Economia.

Naturalmente que tem todo o direito de falar do que se passa nesta Comissão, mas aconselho-o a ter alguns cuidados sobre essa matéria.

Por outro lado, gostava de lembrar, quer ao Sr. Deputado Decq Mota, quer ao Sr. Deputado Duarte Freitas, que os deputados do Partido Socialista que integram a Comissão de Economia não aceitam que se diga que houve insuficiência de discussão e diálogo, porque isso não corresponde à verdade.

Quero dizer que houve um entendimento unânime na forma como o documento foi analisado na Comissão.

O que os deputados do Partido Socialista entenderam foi que, em presença dos pareceres de todos os parceiros sociais, não era necessário nem se justificava fazer uma nova ronda da Comissão de Economia por todos esses parceiros sociais, porque isso não iria acrescentar nada à discussão e ao diploma.

Tenho também que referir que não havia nenhuma pressa, como disse o Sr. Secretário, na aprovação deste diploma e que tanto podia ser neste como no próximo plenário.

Agora, nós deputados da Comissão de Economia que integramos a Comissão, entendemos que não era necessário fazermos uma nova ronda pelos parceiros sociais, porque não havia nada de novo e essa ronda, no nosso entender, não traria nada de novo à discussão deste diploma. Os senhores têm, naturalmente, o direito de ter outra opinião.

Gostava ainda de lembrar que todas as questões relacionadas com sociedades anónimas e institutos públicos podem ser discutidas, mas, em termos práticos, a diferença entre uma sociedade anónima e um instituto público é que um instituto público a ser criado em alguns dos nossos portos, levaria a que esse instituto público consolidasse a sua dívida junto com a dívida da Região, o que não acontece com a sociedade anónima.

Alguns Srs. Deputados podem pensar que isto é pecado, mas para nós não é e entendemos que este deve ser o caminho a seguir.

Relativamente ao porto do Funchal ter os preços mais caros do País, eu gostava de lembrar que, a ser verdade que é o porto mais caro do País, não tem nada a ver com o facto de lá existir uma sociedade anónima, nem sequer tem nada a ver com o facto do PSD ser lá governo, mas tem a ver com outros factores, que eu até podia aqui explicar, mas não o vou fazer, porque têm a ver com outras questões onde eu não quero entrar enquanto estiver nesta Casa, embora não me importe de o fazer fora dela.

Por outro lado, como disse o Sr. Secretário e muito bem, nós vivemos num mercado aberto e os navios que nos chegam vêm e vão para esses outros mercados. As regras de funcionamento dos nossos portos quanto mais próximas estiverem das regras de funcionamento dos portos desses outros mercados, tanto melhor para nós.

Evidentemente que isto não tem nada a ver com passarmos ao lado das especificidades e dos interesses regionais, mas tem tudo a ver com as nossas especificidades e com os nossos interesses regionais e a dimensão dos nossos portos que está aqui perfeitamente enquadrada.

É efectivamente verdade que nós não temos grandes portos, mas temos um que, mesmo no conjunto do País, é um grande porto nacional que é o de Ponta Delgada e depois temos pequenos portos de ilha, que têm que ter o enquadramento de pequeno porto de ilha, pequeno porto que serve a sua ilha, que tem que a servir muito bem e que tem que ser gerido com racionalidade para que esse serviço seja um serviço rápido, eficiente e tenha custos que sejam aceitáveis, quer para quem nos visita, quer para quem nos serve, quer para os nossos agentes económicos.

Nós vivemos num mercado aberto e não nos podemos colocar à margem desse mercado. É aí que estamos, é aí que efectivamente devemos estar.

Portanto, este documento tem em conta esses princípios e, digamos, a grande “pedra no sapato” de todos este documento que acaba por ser, não a criação das sociedades anónimas, mas a criação da SGPS que justamente transporta ela própria esses princípios, porque a SGPS irá integrar e racionalizar no conjunto dos portos da Região, no que for possível, aquilo que é necessário para o funcionamento mais harmónico e o mais similar possível, mas é evidente que os portos, atendendo ao seu movimento, atendendo à sua taxa de ocupação, têm obviamente custos diferentes.

Se nós queremos exigir que quem nos serve, quem nos traz a nossa mercadoria a traga ao mesmo preço, independentemente da ilha a que se destina, também não nos podemos sujeitar que esse alguém que nos visita, que traz a mercadoria e que presta esse serviço, seja sujeito a uma determinada taxa num porto e uma taxa diferente no outro. Este é um princípio que nós internamente também temos que aplicar e temos que fazê-lo através do decisor político que transferirá e transmitirá essas instruções para essa SGPS que tentará harmonizar, dentro da medida do possível, tudo isso.

Relativamente às questões que têm a ver com a centralização deste processo, devo dizer que este processo não tem nada de centralizador e só é centralizador para quem não percebe que as Juntas Autónomas não têm efectivamente nada de autónomo e

dou só um pequeno exemplo: uma Junta Autónoma que precisa contratar, e essa é uma situação que está a decorrer neste momento, por quatro meses um piloto, não o pode fazer directamente, tem que fazer um concurso público, uma consulta a várias empresas e esse piloto fica pelo triplo do preço do que se fosse directamente contratualizado.

Este tipo de situações tem de acabar e este diploma acaba com elas, uniformiza um conjunto de procedimentos e processos e deixa na tutela e no decisor político a decisão da programação, da política do desenvolvimento dos portos e de tudo aquilo que, em termos globais, interessa à Região e interessa aos açorianos.

Por tudo isto, é um bom documento, é um documento que foi discutido, em termos de Comissão, com a profundidade que os Srs. Deputados quiseram, ninguém reclamou e no final ninguém tinha mais nada a dizer. Ora, se assim foi, ou não sabiam dizer mais nada ou não estavam interessados e isto não lhes dizia respeito e, portanto, não se preocupavam minimamente com isto.

Agora, não podem é vir aqui dizer que o documento não foi discutido, que não houve diálogo, que não tiveram o tempo que queriam para o discutir.

A única coisa que aconteceu foi que nós, deputados do Partido Socialista, entendemos que não era necessário e não se justificava ouvir novos parceiros sociais e mantemos esse entendimento. Quero mais uma vez frisar que o documento foi discutido na Comissão com a profundidade que todos os deputados unanimemente quiseram e aceitaram e agora não podem reclamar disso.

Deputado Renato Leal (PS): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, já tenho mais inscrições para segundas intervenções, mas já são 19,57 horas.

Como tenho o compromisso assumido de fazer uma reunião de líderes agora e como também sei que há um Sr. Presidente dum Grupo Parlamentar que tem um compromisso às 20,00 horas, vou suspender os nossos trabalhos por hoje e retomaremos amanhã às 10,00 horas.

(Os trabalhos terminaram às 19 horas e 58 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Fernando Rosa Rodrigues Lopes

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins Cardoso da Costa

Luís Paulo de Serpa Alves

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes Reis

Manuel da Silva Azevedo

O Redactor, José Rodrigues da Costa